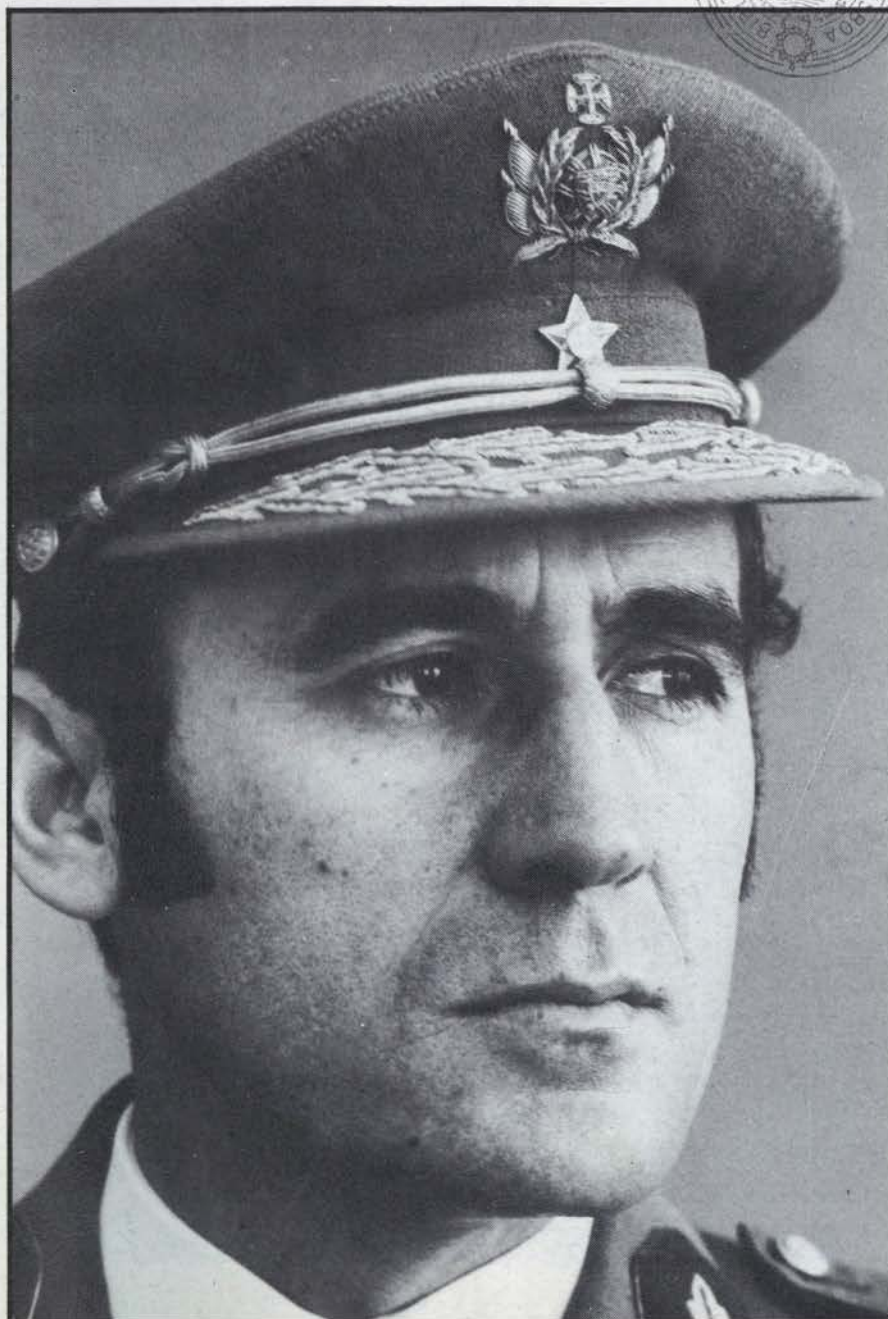




35'3

25 de Abril

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



«Creio que uma acção capaz de esclarecimento permitirá que os emigrantes de novo se sintam portugueses, e nessa qualidade resolvam participar no desenvolvimento deste País.»

General Ramalho Eanes

Pág. 10

ENTREVISTA
COM O SECRETÁRIO
DE ESTADO

25 de Abril

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

VIA AÉREA

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
França... ..	250\$00	45 F.	125\$00	23 F.
Bélgica	250\$00	370 F. B.	125\$00	190 F. B.
Alemanha	250\$00	24 D. M.	125\$00	12 D. M.
Inglaterra	250\$00	4,50 £	125\$00	2,50 £
Espanha	200\$00	480 P.	100\$00	240 P.
Brasil	320\$00	115 Cr.	160\$00	60 Cr.
Canadá	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
E. U. A.	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
Outros países da Europa	250\$00		125\$00	
Outros países fora da Europa... ..	340\$00		170\$00	

N.º 11 — JUNHO 1976 — Preço 15\$00
REVISTA MENSAL

EDICÃO E PROPRIEDADE
DA SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

SEDE: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL
PRACA DO AREEIRO, 11, 2.º ESQ — TELS: 72 15 30/72 60 95

DIRECTOR: JOSÉ CARDOSO

REDACTORES: AVELINO PINTO E PALMINHA SILVA
ARRANJO GRÁFICO: PAULO DA TRINDADE FERREIRA

COMPOSTO E IMPRESSO
POR MIRANDELA C.
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 — LISBOA



25 de Abril



- 2 ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E PARA AS ASSEMBLEIAS REGIONAIS DOS AÇORES E MADEIRA

- 3 EDITORIAL

- 4 O PAÍS HOJE

- 10 A EMIGRAÇÃO NÃO SERÁ A PRINCIPAL SOLUÇÃO PARA OS NOSSOS PROBLEMAS DE EMPREGO (entrevista com o Secretário de Estado da Emigração — Dr. Sérvulo Correia)

- 18 O QUE É E PARA QUE SERVE A SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

- 20 PORTUGAL E O MUNDO

- 24 TRABALHO COMUNITÁRIO — UM «BOM HÁBITO»

- 29 NOTÍCIAS DA EMIGRAÇÃO

- 33 ASSOCIAÇÕES POPULARES

- 36 ENTREVISTA EMIGRANTE — EMIGRANTES DO NORDESTE

- 37 CAIXA DOS TRABALHADORES MIGRANTES AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

- 40 PELAS NOSSAS TERRAS

- 44 HUMOR

- 46 LIVROS

- 47 TEMPO LIVRE



Pág. 10

ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO DR. SÉRVULO CORREIA



Pág. 24

TRABALHO COMUNITÁRIO — UM «BOM HÁBITO»



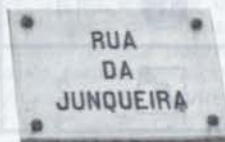
Pág. 33

ASSOCIAÇÕES POPULARES



Pág. 36

EMIGRANTES DO NORDESTE



Pág. 37

CAIXA DOS TRABALHADORES MIGRANTES AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

entrevista

emigrante

ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E PARA AS ASSEMBLEIAS REGIONAIS DOS AÇORES E DA MADEIRA



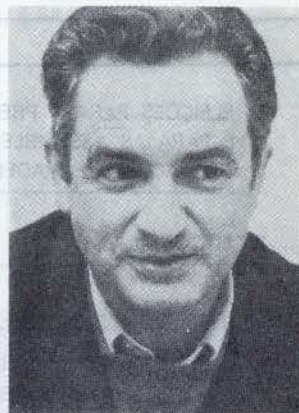
RAMALHO EANES



PINHEIRO DE AZEVEDO



OTELO S. DE CARVALHO



OCTÁVIO PATO

2 967 414
(61,54 %)

692 382
(14,36 %)

796 392
(16,52 %)

365 371
(7,58 %)

Apesar de se conhecerem já os resultados finais das eleições para a Presidência da República e para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira — resultados que no primeiro caso deram a vitória ao general Ramalho Eanes — só na próxima edição poderemos dar aos nossos leitores um relato mais desenvolvido sobre estes dois importantes acontecimentos.

Entretanto, sobre as eleições nas Ilhas Adjacentes, podemos já adiantar os seguintes elementos, referentes aos deputados eleitos:

Açores		
PPD		— 27
PS		— 14
CDS		— 2

Madeira		
PPD		— 25
PS		— 8
CDS		— 2
UDP		— 2

Contrariando o pessimismo de alguns e os propósitos de outros, Portugal elegeu em Democracia o novo Presidente da República. Analisado em conjunto com as grandes transformações verificadas no nosso País nos últimos dois anos e em função do acidentado caminho então percorrido, o acto surge-nos com a naturalidade própria de quem escolheu há muito viver em Liberdade. No entanto, e correndo embora o risco de nos repetirmos, é bom não esquecer que se concretizou desta forma uma etapa fundamental da vida portuguesa, iniciando-se ao mesmo tempo o percurso que por certo nos conduzirá, através da recuperação gradual da estabilidade social e política, à implantação dos valores indispensáveis para um viver mais digno e próspero.

Em outros locais e oportunidades teremos ensejo de nos referirmos ao significado do acontecimento para todos os portugueses. Hoje abordaremos o tema na perspectiva que mais directamente nos compete e diz respeito: a sua importância real em relação aos emigrantes.

Logo após o acto eleitoral, e conhecidos os resultados que lhe dariam uma vitória sem quaisquer margem para equívocos, o general Ramalho Eanes referiu-se em conferência de Imprensa, aos mais instantes problemas que o País defronta, prometendo para eles a solução mais adequada no tempo mais oportuno. A grande complexidade e vastidão destes problemas não impediu contudo ao novo Presidente da República a atenção para os milhares de trabalhadores portugueses ausentes no estrangeiro.

Sem deixar de encarar a problemática da emigração na visão global que a natureza das suas funções exige, teve no entanto oportunidade de se lhe referir em termos mais precisos, escolhendo para o efeito um tema bem caro aos responsáveis pela representação nacional fora de portas: o apoio social e cultural dado pelos nossos serviços diplomáticos e consulares às comunidades portuguesas.

Na verdade, ao preconizar que os emigrantes «possam lá fora sentir-se apoiados pela organização política portuguesa no sentido de, em qualquer altura, não se sentirem marginalizados, mas de se sentirem mais portugueses», Ramalho Eanes apontou objectivamente para o mais duro espinho cravado na eficiência e na operacionalidade do Ministério responsável pela manutenção dos laços sociais e culturais que ligam os emigrantes à sua Pátria.

Ainda que possa hoje dizer-se que em muitos casos foram já eliminados vários erros de estrutura e organização das nossas embaixadas, consulados e outros serviços no estrangeiro (incluindo delegações da Secretaria de Estado da Emigração) a verdade é que muitos deles nada fizeram para encurtar a «distância» que os separam dos emigrantes — na sua grande maioria gente marcada pela humildade e dureza do trabalho.

Naturalmente que muitos dos obstáculos que impedem esta aproximação têm, como é óbvio, a sua mais imediata origem na organização do próprio Ministério de que dependem, organização que sabemos vir a conhecer nos últimos tempos — e esperemos que continue — importantes modificações.

Naturalmente também que nem sempre os próprios emigrantes — inseridos num clima social por vezes hostil — são quem mais colabora nesse sentido.

Por outro lado, não esquecemos as excepções de serviços, felizmente cada vez em maior número, de que temos conhecimento estarem a progredir no sentido de estabelecer um contacto mais estreito (mais humano) com as comunidades.

Independentemente dos condicionalismos — próprios da fase de arranque e reorganização em que o País vive — e dos indícios de uma melhoria de situação, cremos ser nosso dever registar aqui o voto de que se cumpram as palavras do novo Presidente da República: «o emigrante será respeitado de maneira sagrada, de tal maneira que isso represente claramente o respeito que se tem por esses portugueses a quem este País não conseguiu dar os meios de vida aqui».

JOSÉ CARDOSO

editorial

TRACTORES E CAMIÕES NACIONAIS

O nosso país precisa de Tecnologia de fabrico avançada, indispensável ao desenvolvimento da nossa indústria metalo-mecânica.

A instalação em Portugal de uma unidade produtora de tractores a partir da FAP (Fábrica de Automóveis Portugueses) permitirá substituir volumosas importações, contribuir para a exportação nacional e concorrer para a reconversão e dinamização de múltiplas unidades de vários sectores industriais dificuldades de utilização da sua capacidade e sub-emprego de mão-de-obra. Pretende-se por isso não *montar um veículo*, mas a sua fabricação que, dentro de alguns anos, passará a ter 90 % de produto nacional, para ocorrer às nossas necessidades: 80 000 tractores, ou seja o dobro do que actualmente possuímos. O secretariado nacional dos trabalhadores deste sector, afirmou, em comunicado, as razões que justificam a fábrica.

Por outro lado, encontra-se em estudo na Secretaria da Indústria Ligeira, por intermédio da CRI-MAC (Comissão de Reorganização da Indústria de Montagem de Autocarros e Camiões), a possível fabricação de camiões e autocarros em Portugal.



As nossas necessidades anuais de camiões são as seguintes: 3000 unidades de «gama baixa» (ou seja de 3500 a 7000 kg); 1000 unidades da «gama média» (até 14 000 kg) e 2000 da «gama alta» (até 38 000 kg). Precisamos também anualmente de 300 autocarros para o serviço das cidades e 200 para

fora. A preocupação fundamental é aproveitar ao máximo as capacidades das nossas empresas e evitar a saída de divisas, pois os camiões actualmente montados no país de cerca de 25 marcas incorporam menos de 1/4 de produto nacional. Pretende-se que esta integração seja superior a 60 por cento.

SALÁRIOS DOS PORTUGUESES

Segundo informações do Ministério do Trabalho, a média geral dos salários no sector privado foi de 5700 escudos, em Janeiro de 1975. A mesma fonte acrescenta que, não contando os sectores da agricultura e do serviço doméstico, 65 % dos trabalhadores ganha menos de 6 contos, 27 % entre 6 e 9 contos e os restantes (8 %) ganha ordenados mais altos.

É nas *indústrias transformadoras*

que a percentagem dos que ganham menos de 6 contos é maior (71 %) seguindo-se a construção civil e as indústrias extractivas. Dos trabalhadores do sector bancário, 63 % ganha mais de 9 contos.

Estes números não consideram os descontos, 10 % em média, e referem-se aos portugueses que não estão desempregados os quais, no nosso país rondam o meio milhão.

AS IMPORTAÇÕES E A PRODUTIVIDADE

A descida que se deu na importação de matérias-primas e de bens de equipamento no ano passado irá, certamente, reflectir-se no potencial de produção das nossas actividades económicas. Paralelamente, em Conselho de Ministros, foi tomada a resolução de exigir a apresentação prévia do programa justificativo, para as compras superiores a 50 mil contos, a fazer no estrangeiro, pelos serviços de Estado. A medida destina-se a garantir que tais compras só sejam feitas quando a produção nacional não puder dar resposta a essa procura. Esta orien-

tação foi de novo afirmada pelo Secretário de Estado do Comércio Externo, ao empossar o presidente da sociedade «Desenvolvimento e Comércio Internacional (D.C.I.)»: «melhorar a produtividade que está em decréscimo na maioria dos sectores produtivos nacionais; recuperar a produtividade anterior e melhorá-la decididamente, eis a necessidade número um da nossa economia.»

Aquele departamento pretende ser um passo importante no caminho das reformas institucionais preparadas pelo Ministério do Comércio Externo.

PESCAS

O sector das pescas é de grandes contrastes: por um lado apresenta enormes possibilidades devido à nossa extensa costa marítima, à experiência adquirida em pescas longínquas e à numerosa população piscatória e por outro, nota-se uma grande carestia no peixe, e a sua frequente escassez.

Embora não se conheçam os números do ano passado sabe-se que a produção da pesca, no

nosso país, baixou 26 % em 1974, o que é muito de lastimar.

As causas do nosso atraso residem no deficiente equipamento, nas insuficiências tecnológicas e na baixa produtividade que se consegue, factores estruturais que dão origem à estagnação do sector.

Estas notas dum relatório do Banco de Portugal levantam uma interrogação: quando se atacam decididamente, e de vez, estas estruturas envelhecidas? De contrário, a economia do nosso país mais se afundará!



notícias breves

PSP/GNR

Em declarações feitas à ANOP, o Ministro da Administração Interna, revelou que, brevemente, a PSP e a GNR vão ser modernizadas nas suas actuações. O plano para a modernização dos meios de actuação destina-se a enfrentar a onda de violência e crimes que se regista, através de medidas especiais de vigilância nos pontos mais vulneráveis.

«LUTA DOS CAMPONESES»

Um grupo de antifascistas de Beja deslocou-se à Unidade Colectiva de Produção «Luta dos Camponeses» (herdade do Poço Seco, em Ourique), para entregar um tractor, uma charrua, um espalhador de adubo e outras alfaias agrícolas, produto de uma recolha de fundos realizada entre trabalhadores da capital do Baixo Alentejo. A iniciativa integra-se na campanha de apoio à Reforma Agrária e transformou-se numa jornada de convívio entre trabalhadores da cidade e dos campos.

HERDADES EXPROPRIADAS

Foram expropriadas mais de 206 herdades no distrito de Beja, num total de 40 mil hectares, que se localizam nos concelhos de Beja, Vidigueira, Barrancos, Ourique, Moura, Aljustrel, Mértola, Ferreira do Alentejo e Cuba.

A portaria recorda que, de harmonia com a Lei da Reforma Agrária, «são declarados ineficazes os actos praticados desde 25 de Abril de 1974 que, por qualquer forma, tenham implicado diminuição da área do conjunto dos prédios de cada proprietário».

Destaca-se pela sua enorme área, a Herdade da Negrita, em Santo Aleixo da Restaura-

IMPRENSA

A FUSÃO DOS JORNAIS ESTATIZADOS



O projecto do ministro Almeida Santos, surgido, em grande parte, em razão das reticências do Ministro das Finanças em autorizar a concessão de avales a financiamentos, sofre contestação de vários lados. Este projecto de reestruturação da Imprensa estatizada a

fazer pela via da fusão ou da concentração tem sido atacado e rejeitado, por um leque bastante diversificado de pessoas. O Conselho de Imprensa acusa-o de inconstitucional e de não salvaguardar a independência dos meios de comunicação pertencentes ao

Estado; os trabalhadores do «Diário de Notícias», de «A Capital», do «Diário Popular» e de «O Século» repudiaram a fusão. O que os trabalhadores da informação das 4 empresas visadas unanimemente afirmam, reunidos em plenários ou expressando-se doutro modo, é que nenhum tipo de reestruturação poderá ser projectado e executado sem a sua activa participação, o que aliás está consigando na Constituição e na Lei da Imprensa.

Por estas razões formaram um órgão coordenador de todas as CT (Comissões de Trabalhadores), que está a funcionar permanentemente como *Coordenadora de Luta da Imprensa Estatizada*, com o fim de esclarecer os trabalhadores do sector, de compilar as posições assumidas e de relançar a luta para fora dos jornais, de modo a alertar o povo português.

Descrevendo a situação das quatro empresas jornalísticas que estão estatizadas, o Ministério da Comunicação Social assinala que «com um capital somado de 138 300 contos, devem ao sector público, nomeadamente à banca nacionalizada, neste momento, um montante global que atinge os 800 000 contos e acumularam prejuízos, até 31 de Dezembro de 1975, da ordem dos 525 000 contos; dão trabalho a 3158 trabalhadores aos quais corresponde uma massa salarial mensal da ordem dos 30 000 contos e anual dos 420 000».

Quanto aos diários do Porto em que, segundo a notícia da ANOP, se daria a fusão «Jornal de Notícias»-«Comércio do Porto», o primeiro destes jornais afirmou que desconhecia «qualquer iniciativa governamental relacionada com os dois diários do Porto».

AS COLHEITAS DO ANO



São francamente optimistas as previsões para o ano corrente, feitas pela Divisão de Estatísticas Agrícolas e Alimentares do INE (Instituto Nacional de Estatística). Assim dentro de 2 a 3 meses

Portugal poderá ter uma das maiores colheitas de sempre, como se observa no quadro seguinte:

Trigo	866 mil toneladas
Centeio	148 mil toneladas
Aveia	143 mil toneladas
Cevada	114 mil toneladas

o que dá um total da ordem dos 1271 mil toneladas, representando um acréscimo de mais de 17 e mais de 30 por cento em relação ao ano anterior.

Este esforço de aumento de produção pode dizer-se que é resultado do processo da reforma agrária praticado sobretudo ao sul do Tejo, nas Unidades Colectivas de Produção.

Entretanto, a importação de trigo dos Estados Unidos e da França, para abastecer o país, atingiu em 1975 mais de 324 mil toneladas, o que implicou um gasto de 1644 milhares de contos. A produção nacional do sector foi no ano de 1975 muito favorável, ao contrário do que costuma acontecer, pois produzimos, em média, cerca de metade dos cereais que consumimos.

TRANSPORTES: A LINHA DE SINTRA

Os 30 quilómetros da linha férrea Lisboa-Sintra que serve milhões de portugueses têm uma utilização maior que as redes ferroviárias da Noruega, da Dinamarca ou da Finlândia. Durante os primeiros 6 meses do ano passado viajaram nela quase 27 milhões de pessoas o que significa que terá por ali passado, durante o ano, cerca de 6 vezes a população do país.

Nas horas de ponta da parte da manhã viajam nela 40 mil pessoas à razão de 300 passageiros por minuto. Nessa altura a lotação duma composição — 192 lugares sentados e 106 em pé, é largamente ultrapassada. O material de circulação tem, em muitos casos, 20 anos de serviço activo. Esta

situação exige medidas radicais, como o alargamento da estação do Rossio, a criação de novas estações principais que dêem acesso a zonas mais populosas da cidade, a renovação total do material, o alargamento da rede do metropolitano e a reestruturação de toda a rede de transportes de superfície.



notícias breves

ção, com 3536 hectares, que já está a ser explorada pelos trabalhadores.

REFORMA AGRÁRIA

Foi publicado no «Diário da República» o decreto-lei que suspende «até ulterior revisão, o lançamento, liquidação e cobrança do imposto sobre a indústria agrícola, qualquer que seja a fase em que se encontre a respectiva aplicação». As colectas referentes ao ano de 1974, já cobradas, serão anuladas e ordenada a respectiva restituição.

Encontra-se já a pagamento o subsídio aos produtores de trigo, referente à colheita de 1975. O subsídio é de 1400 escudos por tonelada de trigo para os agricultores cuja produção não exceda as 25 toneladas e de 700 escudos por tonelada para os que tiverem produzido mais de 25 e menos de 150 toneladas. Nos produtores estão incluídas as pré-cooperativas, as cooperativas e as unidades colectivas de produção reconhecidas.

A ÁGUA NAS BARRAGENS

Depois de um período muito seco durante o Inverno em que a afluência das águas das chuvas às albufeiras foi muito pequena, é quase uma certeza, a menos que chova, que vamos ter uma estiagem antecipada. As reservas de água estão já a ser desarmazenadas face à necessidade de manter as cotas a um nível de segurança, e por isso a produção de energia é muito reduzida.

Consequências desta situação: tem de se recorrer à importação de energia e, talvez, mais tarde, no Verão ou Outono, ao seu racionamento.

ENERGIA NUCLEAR



Segundo previsões da agência para a energia nuclear da OCDE e da Agência Internacional da Energia Atômica, divulgadas pela Junta de Energia Nuclear, a produção de 300 a 330 toneladas de urânio em Portugal, dependerá fundamentalmente do arranque da exploração mineira do Alto Alentejo; essa produção será possível dentro de 9 anos, se entretanto, surgir o programa nuclear português para a produção deste tipo de energia.

Actualmente funcionam oficinas de tratamento de minério de urânio na região da Urgeiriça (Canas de

Senhorim), e na Senhora das Fontes (Pinhel) em 4 minas cada. É também possível instalar, na região de Niza, outra oficina de tratamento químico de minério de ferro, proveniente de 8 jazigos economicamente rentáveis. Os recursos do país estão estimados em 7 mil toneladas de urânio e o que se encontra actualmente armazenado anda à roda das 350 toneladas; este «stock» foi feito para oportunamente ser utilizado como fonte de energia nuclear.

Portugal faz parte, entre 18 países, daquela agência da OCDE que tem como objectivo promover

o desenvolvimento harmonioso das utilizações pacíficas da energia nuclear.

Numa mesa-redonda integrada no II Curso de Engenharia Sanitária sobre o tema — «Energia Nuclear: que alternativa?», foi afirmado pelo reitor da Universidade Técnica de Lisboa que instalar ou não uma Central Nuclear em Portugal é uma questão de «bom senso». Esta afirmação foi feita tendo como base as consequências dum possível tomada de posição quanto aos efeitos económicos, políticos, sociais, ecológicos e de dependência tecnológica. Segundo aquele físico nuclear a sua oportunidade pode não ser a melhor nos tempos mais próximos.

Oficialmente não está ainda decidido se será construída uma central nuclear em Portugal, sabendo-se tão somente que o Conselho de Ministros tomará uma decisão final depois de 31 de Outubro próximo.



SAÚDE

ENCONTRO SOBRE REUMATOLOGIA

Cerca de 900 médicos de todo o país estiveram reunidos num hotel do Estoril para analisar os resultados de um importante inquérito feito pela Sociedade Portuguesa de Reumatologia, com a finalidade de estudar a distribuição das doenças reumáticas entre nós.

Esta primeira iniciativa efectuada em Portugal no campo das doenças reumáticas (planificada de Outubro a Dezembro, preparada de Janeiro a Fevereiro e executada de Fevereiro a Abril deste ano) abrangeu 25 000 doentes de consultas de clínica geral. Destes doentes, 23 % apresentaram-se ao

médico queixando-se já de dores reumáticas, tendo-se apurado, depois, que 38 % da totalidade dos doentes sofriam de reumatismo. Por zonas, verificou-se maior frequência no Centro (39,2 %) e em Lisboa (41,6 %). As profissões mais afectadas são a dos agricultores e pescadores.

A gravidade do reumatismo faz-se sentir especialmente no equilíbrio socio-económico do país, pelos dias de trabalho perdidos pelos reformados prematuros, pela diminuição da capacidade de trabalho, etc.

O PLANO DE REGA DO ALENTEJO

Os vários empreendimentos hidro-agrícolas do Plano de Rega do Alentejo, têm vindo a ser executados por fases.

A primeira, de que faz parte o aproveitamento do Odivelas, permitiu o regadio de 3800 hectares. Dentro desta fase está actualmente em construção a barragem do Alvito e das Redes de Rega e Enxugo a concluir em Dezembro e Maio próximos, o que elevará para 7300 hectares a área do

regadio. Quando se executarem as obras de derivação da água do aproveitamento do Guadiana, a albufeira do Alvito será alimentada por aquele rio, tornando possível à terceira parte do aproveitamento do Odivelas, o que elevará para 12 mil hectares a área do regadio.

O complexo industrial de Sines receberá água a partir do canal-conduta Alvito-Cuba-Roxo, partindo da Albufeira do Alvito para alimentar a albufeira do Roxo.

O EMPREENDIMENTO DO ALQUEVA

Este empreendimento inclui uma barragem central hidro-eléctrica e estação elevatória (em Portel), um açude no Degebe e a derivação para o sistema do Baixo Alentejo. Devem começar neste mês de Junho as obras de construção das estradas de acesso à barragem do Alqueva e do açude do Degebe.

A barragem vai atingir primeiramente o distrito de Beja, o bloco do Baixo Alentejo em ligação com a barragem de Odivelas, e depois o bloco de Évora, que inclui a barragem do Monte do Seixo, o Divor (rio) que vai aumentar o regadio de Arraiolos e por fim a zona de Évora (através do açude do Degebe) e ainda parte do distrito de Portalegre.

A barragem principal projectada para o Outeiro da Palha, no concelho de Portel, é considerado uma obra de extrema influência para o desenvolvimento do Alentejo: pode dizer-se que é o próprio plano de rega do Alentejo, passando a regar 135 mil hectares de terreno. (Como se sabe, o Alentejo é particularmente afectado pela falta de água, quer para o abastecimento às popula-

ções, quer para fins industriais, agrícolas e outros, e não é possível aproveitar as águas subterrâneas em quantidade suficiente).

Optou-se pela barragem de Alqueva no rio Guadiana como sistema de regularização e, ao mesmo tempo, de grande reservatório, com 2 milhões de m³ de água, que vai ter mais de 98 quilómetros de comprimento e mil quilómetros de costa.

Esta grande obra irá aumentar a rendibilidade das barragens já construídas, permitir aumentar a área regada, iniciar culturas em que até este momento era impossível pensar. O regadio de Alqueva será prioritariamente para a exploração de beterraba (produção de açúcar), aproveitando os seus subprodutos para fabricar rações. Para além da produção de açúcar também se promoverá a criação de gado, num sistema integrado.

Este investimento do Alqueva monta a quase 9 milhões de contos, que incluem: barragem, à roda de 4 milhões de contos, central elevatória, canais de rega e tomadas de água.

CONSTRUÇÃO NAVAL

A construção naval continua, no nosso país, a desenvolver-se e a contribuir em larga escala para o incremento da exportação. Alguns exemplos da MAGUE (Alverca):

— Para o Barhein encontram-se em fase adiantada de construção 4 guindastes de 15 toneladas cada, e outro de 100 toneladas (valor de cerca de 200 mil contos).

— Para a Espanha há encomendas de guindastes, (de 3 e 15 toneladas), no valor de 90 mil contos).

— Para o México vão ser construídas 2 pontes rolantes (no valor de cerca de 16 mil contos).

— Para a Rússia foi iniciada a construção de 2 pórticos rolantes e uma ponte rolante a entregar nos começos de 1977 (no valor de 110 mil contos).

SEMINÁRIO DE JORNALISMO

Ao mesmo tempo que o «projecto Almeida Santos» continua a movimentar os trabalhadores da Informação, nomeadamente nos Jornais mais atingidos pelo projecto, termina em Lisboa, o Seminário de jornalismo com a colaboração de especialistas da Informação de países membros do Conselho da Europa. O Seminário destinou-se a «equacionar os problemas que mais afectam a informação portuguesa». Na sessão final o Secretário de Estado do Ensino Superior lançou a hipótese de entrar em funcionamento, já no próximo ano, um curso superior de jornalismo, junto da faculdade de Letras, destinado a preencher lacunas neste sector.



A EMIGRAÇÃO NÃO SERÁ A PRINCIPAL SOLUÇÃO PARA OS NOSSOS PROBLEMAS DE EMPREGO

A complexidade dos problemas da Secretaria de Estado da Emigração — que o mesmo é dizer de todos os emigrantes portugueses — é hoje dada a conhecer na entrevista que publicamos com o Dr. Sérvulo Correia, responsável por este organismo desde 14 de Janeiro passado. Prevendo-se para breve o cessar de funções do VI Governo Provisório, este documento deverá por isso ser entendido como o «relatório» de uma actividade que na actual contextura nacional assume importância relevante. Esperamos pois, desta forma, contribuir para o esclarecimento que a todos os emigrantes é devido.

P. — Poderá em primeiro lugar fazer uma análise global da actividade da Secretaria de Estado da Emigração no período compreendido desde a sua nomeação até ao presente? Em que dados concretos se baseia para tal?

R. — Apreciar o que foi feito e classificá-lo ou não como positivo cabe mais aos outros do que a mim próprio. Prefiro pois fazer simplesmente um resumo da actividade levada a cabo desde que tomei posse em 14 de Janeiro do corrente ano até ao dia 18 de Junho em que estou a ser entrevistado. São apenas cinco meses e é o primeiro aspecto que deverá ser levado em conta por quem se quiser abalançar a um juízo. E, seguindo toda a probabilidade, resta-me apenas mais um mês para ultimar as tarefas que desejaria deixar concluídas.

P. — Significa isso que o factor-tempo tenha desempenhado um papel importante na forma como programou e levou a cabo a sua actividade governativa?

R. — Certo. O tempo foi não apenas uma apertada medida entre

o princípio e o termo da minha actividade na Secretaria de Estado. Mais do que isso, ele foi um factor que me levou a procurar dar a essa actividade uma natureza diversa da que teria assumido se fosse pensada para um período mais extenso.

P. — Importa-se de explicar concretamente?

R. — Quando, em Janeiro, aceitei participar no Governo Provisório, sabia tratar-se de uma presença que não iria em princípio além de Junho. Seria pois irrealista, e até nocivo para os serviços, procurar imprimir orientações concebidas para um período de três ou quatro anos, como competirá ao meu sucessor no governo definitivo.

P. — Quer dizer que concebeu essa passagem pelo lugar de Secretário de Estado da Emigração como uma simples gestão de assuntos correntes, isto é, uma intervenção que se restringisse a garantir o funcionamento do aparelho burocrático?

R. — Não; não foi essa a minha escolha. Procurei sim programar uma acção a curto prazo, que aliás em muitos pontos continuava a ser levada a cabo pelo Dr. Rui Machete. Os

entrevista com
o secretário
de Estado
da Emigração
Dr. Sérvulo
Correia

grandes objectivos foram a preparação do caminho para o governo, definitivo nos planos organizativo e operacional e o desencadeamento de acções que, sendo imediatamente possíveis, não deveriam tardar mais, dadas as necessidades e as aspirações dos emigrantes.

P. — Que fez então no campo organizativo?

R. — Como é sabido, a Secretaria de Estado da Emigração nasceu já depois do 25 de Abril. Sucedeu ao Secretariado Nacional da Emigração, mas não houve apenas uma mudança de nome. A uma vontade política de destruir a estrutura anterior correspondeu, no plano do pessoal, a extinção de quadros sem imediata criação de outros e a admissão de muita gente nova, feita nem sempre à luz de critérios claros. Isto gerou entre o grosso do funcionalismo um mal estar que prejudicava o rendimento dos serviços. E a instabilidade e indefinição do regime profissional era em si mesma uma injustiça que urgia reparar. Um diploma publicado em Maio resolveu a questão em relação ao pessoal dos serviços sítos em Portugal, com a vantagem suplementar de permitir à Secretaria de Estado vir a dispor de um maior número de técnicos, de que muito carece. Quanto ao pessoal das Delegações da SEE no estrangeiro, está aprontado um projecto de diploma legal, o qual ainda não seguiu para o Conselho de Ministros, por ser necessário estudar em pormenor todas as implicações que teria no regime de trabalho e de segurança social dos interessados.

P. — Os trabalhadores da Secretaria de Estado participaram na elaboração desses diplomas?

R. — Sim. Os diplomas foram preparados em ligação entre o Gabinete e a Comissão de Trabalhadores da SEE, que por seu turno promoveu plénários sobre a matéria. Os funcionários das Delegações também se pronunciaram sobre o projecto que lhes diz respeito.

P. — Como se processaram as suas relações com a Comissão de Trabalhadores da SEE?

R. — Procurei que elas assentassem no princípio de que o socialismo democrático terá como um dos principais esteios em Portugal a partici-

pação dos trabalhadores na gestão dos serviços e empresas através de comissões por eles livremente eleitas e exoneradas. Claro que, se quisermos fazer construção sólida, essa participação deverá ter meios e limites bem definidos e não poderá pôr em risco a unidade do aparelho administrativo e a capacidade de decisão política do Governo. Respondi sempre muito claramente, por exemplo, que o preenchimento dos lugares de chefia deveria caber exclusivamente ao Secretário de Estado, pelo menos nesta fase do processo. Fui pois efectuando reuniões periódicas com a Comissão de Trabalhadores, aliás à imagem do que também fizera o Dr. Rui Machete. Dessas reuniões saiu trabalho útil, embora nem sempre houvesse acordo, o que é natural. Posso citar como exemplo, para além dos diplomas sobre quadros e do preenchimento dos mesmos, um despacho em que se reconhece à Comissão de Tra-

balho, não poderá deixar de reflectir-se positivamente na quantidade e qualidade deste e, portanto, de beneficiar também os emigrantes, que são os seus destinatários.

P. — A sua actividade em matéria de organização dos serviços centrou-se apenas sobre os problemas dos trabalhadores da SEE?

R. — Não; a questão das estruturas preocupou-me também bastante, tanto assim que deixo pronto um projecto de Lei Orgânica da Secretaria de Estado da Emigração.

P. — Porque razão não levou esse projecto a Conselho de Ministros?

R. — Foi um trabalho feito com cuidado e por isso mesmo exigiu alguns meses. Fizeram-se muitas reuniões com dirigentes da SEE e doutros serviços do MNE. Recorreu-se a peritos em organização administrativa. Consultaram-se os

O NOVO ACORDO COM A FRANÇA PODERÁ VIR A SER UM INSTRUMENTO SEM PRECEDENTES, DIGNO DE UM LUGAR À PARTE NA HISTÓRIA DA POLÍTICA EUROPEIA DAS MIGRAÇÕES

balhadores o direito de acesso a todos os documentos de despesas da Secretaria de Estado, medida que considero altamente moralizadora, sobretudo num departamento como este, que em parte goza de autonomia financeira.

Foi também em diálogo com a Comissão de Trabalhadores que estabeleci, num outro despacho, o regime de horário de trabalho semi-flexível. Claro que foram tomadas disposições para que todos os funcionários cumpram integralmente o número semanal de horas exigidas por lei e para que os serviços não sejam afectados no seu rendimento. Salvaguardados estes pontos, a possibilidade de opção entre diversas horas de entrada e de saída facilita a vida dos trabalhadores e contribui para a solução dos problemas de utilização dos transportes colectivos. Como medida humanizante do tra-

balhadores, os serviços, a comissão de reestruturação do MNE.

Agora temos um texto que não reflecte apenas os meus pontos de vista pessoais mas resulta dum labor amplamente colectivo e que o governo definitivo poderá utilizar sem mais perda de tempo, ficando com as mãos inteiramente livres para o trabalho operacional, isto é, junto dos emigrantes e directamente a seu favor.

P. — Pode dizer-nos quais seriam as principais inovações trazidas por esse projecto de lei orgânica?

R. — Em primeiro lugar, uma definição sistematizada e pormenorizada da orgânica dos serviços, que até à data está por fazer, o que provoca um funcionamento bastante desordenado.

Extinguir-se-ia o Instituto de Emigração, que não faz sentido como

serviço integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Passaria a haver duas direcções gerais: a da Emigração e a de Apoio aos Emigrantes. A primeira programaria e ordenaria o processo migratório. A Direcção-Geral de Apoio aos Emigrantes desenvolveria a política de apoio social e cultural aos emigrantes e suas famílias e às comunidades portuguesas no estrangeiro. Compreenderia três direcções de serviços: de Acção Educativa, de Acção Cultural e de Acção Social. Directamente dependentes do Secretário de Estado existiriam ainda uma Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros e um Gabinete de Estudos e Planeamento. No âmbito daquela Direcção de Serviços, existiria uma Repartição de Registo Central de Emigrantes, que iria permitir dispor de elementos estatísticos actualizados e rigorosos sobre as comunidades portuguesas no exterior, o que hoje não sucede.

A Secretaria de Estado compreenderia um Fundo de Apoio ao Emigrante, que financiaria projectos de intervenção sócio-cultural, a construção e aquisição de sedes de associações portuguesas no estrangeiro e o seu equipamento, a realização de estudos e inquéritos sobre assuntos de emigração, a concessão de bolsas de estudos aos filhos dos emigrantes, a produção de publicações, programas de rádio, cinema e televisão, a aquisição de bens de equipamento do ensino a utilizar nas escolas portuguesas no estrangeiro, etc.

Como principal fonte de financiamento, este Fundo de Apoio ao Emigrante disporia de uma dotação global a inscrever anualmente no Orçamento Geral do Estado, de valor mínimo equivalente a 3 ‰ (três por mil) do montante das remessas dos emigrantes no ano imediatamente anterior.

P. — Tratar-se-ia então de um imposto incidindo sobre essas remessas?

R. — De modo nenhum! Era uma verba com que o Estado entrava a partir das suas disponibilidades próprias. Mas, como acto de reconhecimento pela contribuição para

o desenvolvimento da nossa economia representada pelas remessas, o Estado estabelecia uma proporção mínima entre o valor de tais remessas e o quantitativo dos gastos que ele próprio faria em iniciativas concretas de apoio social e cultural às comunidades portuguesas no exterior.

P. — Essa lei orgânica, que permitiria ao governo definitivo racionalizar os serviços e dotá-los de maior operacionalidade, não abrange também as Delegações da SEE no estrangeiro?

R. — Não e eu explico-lhe porquê. Está em funcionamento no Ministério dos Negócios Estrangeiros — Ministério a que hoje em dia pertence a SEE — uma Comissão que estuda a completa reestruturação deste departamento. Esse trabalho é de grande fôlego e vai por certo exigir ainda algum tempo. Entretanto, a desorganização que se verifica nos serviços centrais da SEE poderia ser atalhada e esses serviços serem dotados de maiores meios de acção. E quando a reestruturação global viesse, efectuar-se-iam as adaptações necessárias. A lei orgânica é aliás concebida como uma medida de transição destinada a acelerar na prática a integração da SEE no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Já no que toca às Delegações da SEE no estrangeiro, parece-me que não será viável uma reestruturação de fundo antes da reestruturação dos Consulados. Penso que os Consulados nos países de imigração deveriam ser transformados em organismos declarada e organicamente virados para o apoio social e cultural às comunidades portuguesas. Se isso fosse feito, o destino normal das Delegações seria o da sua integração nos Consulados.

P. — Como resume, no que toca às Delegações, a sua actualização na SEE?

R. — Falarei em primeiro lugar das da República Federal Alemã, onde, em colaboração com a Embaixada de Portugal em Bona, se lançou uma experiência-piloto.

De quatro Delegações da SEE na RFA, só uma funcionava realmente: a de Hamburgo. O objectivo

da iniciativa que refiro — que já está em execução — é repô-las todas a funcionar a partir de 1 de Outubro deste ano. Mas não a funcionar em termos casuísticos e isolados, e sim integradas num sistema de conjunto.

Para isso vai realizar-se em Setembro, na Embaixada de Portugal em Bona, um curso ministrado a candidatos pré-seleccionados pelos Consulados e destinado a formar pessoal qualificado. Os melhor classificados serão recrutados para as Delegações de Hamburgo, Francoforte, Dusseldórfia e Estugarda. Por corresponderem as zonas de maior maior implantação de portugueses, as duas últimas terão, além de uma equipa fixa, uma equipa móvel que contará com as associações e centros portugueses como pontos de apoio.

Por esta forma assegura-se a isenção no recrutamento e garante-se um mínimo de preparação do pessoal de que se irá dispor.

No extenso despacho em que se põe de pé este esquema, define-se também a ligação entre as Delegações da SEE e os Consulados em termos novos que sintetizarei desta forma: dependência hierárquica da Delegação em relação ao Cônsul, sem prejuízo da especificidade funcional e da capacidade de iniciativa própria daquela; dependência dos Cônsules em relação ao Embaixador, no que respeita ao seu poder de direcção em relação às Delegações.

Simultaneamente, na própria Embaixada irá funcionar um serviço, dirigido por um diplomata, que acompanhará a evolução da situação laboral, social e cultural dos portugueses, planificará, dirigirá e apoiará tecnicamente o trabalho das Delegações e intensificará os contactos permanentes com as autoridades alemãs no domínio do trabalho e de outros sectores da política social.

Neste momento decorre a pré-selecção de candidatos, o curso de formação está organizado, as verbas necessárias ao funcionamento do esquema estão cativadas e encontra-se nomeado um secretário de embaixada para o dirigir.

Embora com as limitações decor-

rentes da nossa situação financeira, iremos pois, pela primeira vez na história da nossa emigração, possuir um sistema integrado de prestação de apoio social e cultural a uma comunidade portuguesa num país estrangeiro.

P. — O esquema que acaba de referir foi concebido apenas para a República Federal da Alemanha?

R. — Trata-se de uma experiência-piloto, o que significa que há a intenção de transplantar para outros países de imigração portuguesa os ensinamentos que dele se vierem a colher.

Alimento a esperança de poder ser ainda eu a lançar os alicerces dum esquema semelhante para a França. Apenas aguardo para tanto a nomeação para a Embaixada de Paris do diplomata que o irá programar e dirigir.

Finalmente, e no que toca ao reforço da capacidade operacional das Delegações, quero acrescentar que, ao longo dos meses em que exerci o meu cargo, pude tomar algumas medidas pontuais, consistindo sobretudo na contratação de mais alguns elementos e ou na

Mas repare que sem uma máquina em condições de funcionar nada de significativo se poderá fazer no domínio da política de emigração.

Posso pois dizer que os emigrantes são a meta final de todo este esforço e que estou convencido de que o incremento da actividade operacional que ele permitirá em breve será sensível.

Mas poderíamos de facto passar a outro tipo de questões, não sem antes consignar que espero deixar também resolvido, graças à colaboração do Ministério das Finanças, o problema da reunião num único edifício dos serviços da SEE em Lisboa, hoje dispersos por várias zonas da cidade com grande detrimento para a organização do trabalho.

P. — Durante o seu período de direcção da SEE fez-se directamente alguma coisa no sentido de defender os interesses dos trabalhadores portugueses no estrangeiro?

R. — A esse propósito, poderemos referir primeiramente a acção da SEE, ou, melhor dizendo, do Ministério dos Negócios Estrangeiros em que esta Secretaria de Es-

TEMOS MANIFESTADO AO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA A NOSSA PREOCUPAÇÃO PELA GARANTIA DE ESTADIA E DE EMPREGO DOS EMIGRANTES PORTUGUESES

aquisição de equipamento. Assim sucedeu quanto às Delegações de Paris, Marselha, Estrasburgo, Lyon, Bruxelas, Londres, Rio de Janeiro, Caracas e Montreal. Essas medidas foram tomadas em função do trabalho conjunto com o pessoal daqueles departamentos. Estão longe de ter resolvido todas as carências, mas creio que, dentro das limitações, se fez o possível.

P. — Esta entrevista já vai longa e até agora apenas temos falado numa acção desenvolvida no plano organizativo, da qual os emigrantes dificilmente se aperceberão e que por isso poucos lhes dirá...

R. — Trata-se efectivamente de um trabalho discreto e pouco visível.

tado se integra, junto dos Estados que albergam emigrantes portugueses.

Começarei pela França, com a qual decorrem desde Agosto de 1975 trabalhos conducentes à celebração de um novo Acordo de Emigração.

Até à minha entrada em funções, tivera lugar uma fase de inventariação de problemas sócio-profissionais de portugueses residentes em França. Em Agosto e Dezembro, haviam-se realizado reuniões com elementos dos dois países nas quais se havia procedido a esse trabalho, prevalentemente sociológico, de detecção e descrição de problemas. Os técnicos da SEE, quer de Lisboa, quer de Paris, haviam prepa-



rado um número considerável de valiosos estudos sobre o assunto.

Tendo encontrado praticamente concluída essa primeira e imprescindível fase dos trabalhos, coube-me a mim impulsionar a segunda, que foi a da preparação do texto do futuro Acordo. Para o efeito, os «dossiers» de estudo dos problemas foram transformados numa lista de «pretensões» de medidas concretas, a apresentar à parte francesa numa primeira sessão de negociações que decorreu em Paris no mês de Março. Na sequência dessa reunião, os franceses prepararam um projecto de Acordo que nos foi submetido e a que nós contrapusemos um texto, baseado no deles mas bastante mais desenvolvido e concretizado. Foi esta nossa contraproposta que serviu de base aos trabalhos numa nova sessão de negociações ocorrida em Maio, também em Paris, e cujos resultados se podem considerar satisfatórios, pois que dela saiu um texto que pouco se afasta do que nós pretendíamos.

P. — Quando pensa então que o Acordo seja concluído?

R. — Creio que mais uma sessão de negociações será suficiente e do nosso lado tudo faremos para que ela tenha lugar o mais depressa possível.

P. — O novo acordo trará inovações significativas em relação ao anterior?

R. — Não há comparação possível... Basta atentar no título do de 1963 (Acordo sobre a migração, recrutamento e colocação de Trabalhadores portugueses em França) e no do Acordo que agora preparamos: Acordo sobre a Imigração,

Situação e Promoção Social dos Trabalhadores Portugueses e das suas Famílias em França.

O acordo que está na forja poderá vir a ser um instrumento sem precedentes, digno de um lugar à parte na história da política europeia das migrações. Bastaria para tanto que não se afastasse muito do documento provisório de trabalho elaborado por ambas as partes. Esse documento encerra todo um programa de promoção social, cultural e profissional dos trabalhadores portugueses e seus familiares residentes em França.

Alimentamos pois a esperança de que, no futuro acordo, o reagrupamento familiar seja concebido em termos mais amplos e se preveja a pré-ambientação dos familiares;

De que se reforcem as garantias da estabilidade de estadia e as condições de mobilidade profissional dos trabalhadores;

De que se conceda uma maior facilidade de acesso ao mercado de trabalho pelo cônjuge do trabalhador;

De que se facilite o acesso ao mercado de trabalho dos jovens portugueses e o cumprimento por estes do serviço militar em Portugal;

De que se rodeiem os repatriamentos de maiores garantias contra o arbítrio;

De que se estabeleçam alguns princípios em matéria de alojamento;

De que se preveja o desenvolvimento da informação prestada em português sobre os direitos de que os emigrantes beneficiam em França e as suas possibilidades de promoção profissional, abrindo-se caminho para a existência de agentes bilingues nos serviços sociais e médicos para o desempenho destas tarefas por trabalhadores portugueses;

De que se estabeleça a realização em português de programas de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais;

De que se faça assentar no princípio da igualdade de oportunidades entre trabalhadores portugueses e franceses um complexo conjunto de medidas de formação profissional, que principiem por estágios de

preparação para a emigração e estágios de adaptação e se desenvolvam através de estágios de pré-formação profissional e de formação profissional;

De que se concebam estágios de formação profissional especiais para os filhos e para as mulheres dos emigrantes e medidas de reclassificação profissional para os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou doenças profissionais ou em situação efectiva ou potencial de desemprego;

De que se estabeleça que emigrantes portugueses serão preparados para exercer a actividade de monitores de formação profissional;

De que se preveja a colaboração dos dois países na definição de acções de formação destinada a facilitar a reinserção de emigrantes portugueses desejosos de regressar a Portugal.

Esperamos que o Acordo venha igualmente a conter um extenso rol

A ADESÃO AO FUNDO DE RESTABELECIMENTO DO CONSELHO DA EUROPA PERMITIRÁ O ACESSO A CRÉDITO EM CONDIÇÕES RAZOÁVEIS PARA INICIATIVAS DA CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E DE ALOJAMENTO PARA RETORNADOS E PARA EMIGRANTES REGRESSADOS

de medidas de promoção cultural, reunidas sob o objectivo de manter os laços sócio-culturais que prendem os emigrantes a Portugal sem prejuízo de, ao mesmo tempo, facilitar a sua inserção na sociedade francesa.

Pretendemos que o Acordo preveja a programação conjunta pelos dois países de acções destinadas ao máximo aproveitamento de recursos humanos e materiais disponíveis, à formação de monitores sócio-culturais e de animadores, ao desenvolvimento dos meios de difusão cultural em português e em francês, à organização de programas de férias para os filhos dos emigrantes;

Pretendemos que as autoridades francesas se prontifiquem a subvencionar a acção cultural das associações de portugueses e a permitir-lhes a utilização regular dos equipamentos sócio-culturais existentes em França. Esperamos que se disponham igualmente a favorecer a emissão pela rádio e televisão francesas de programas culturais e recreativos portugueses.

Pretendemos que o Acordo preveja iniciativas de alfabetização.

Esperamos que ele venha a reconhecer às crianças portuguesas a igualdade com as francesas no acesso aos estabelecimentos escolares e na concessão de bolsas de estudo e a determinar que as crianças portuguesas sejam mantidas em contacto com a sua língua e cultura de origem durante a escolaridade obrigatória.

É também para nós muito importante que no Acordo se venha a admitir que, sempre que possível, o ensino de português no ensino primário seja integrado no tempo pedagógico normal.

Pretendemos que o Acordo recomende medidas de formação e inserção harmoniosa dos professores portugueses nos estabelecimentos escolares franceses.

É da nossa vontade que ele venha a reconhecer às crianças portuguesas o direito de escolher o português como primeira língua não francesa no ensino secundário.

Se o Acordo for mais ou menos isto, será um marco que irá influenciar o destino de toda uma geração. Não esqueçamos que vivem em França 250 000 jovens portugueses...

P. — No entanto o Acordo é um bocado de papel. Há garantias de que será posto em prática?

R. — Para além da clássica Comissão Mista, pretendemos que este Acordo preveja o trabalho de grupos de técnicos que se poderão reunir em qualquer momento para estudar os problemas da sua aplicação. Creio que se encontraria assim uma fórmula dinamizadora que os Governos poderiam utilizar com bas-

tante eficácia, se o fizessem de uma forma programada.

Também a abertura da Secretaria de Estado dos Trabalhadores Imigrantes (francesa) tem sido manifesta. Tenho o prazer de anunciar aqui pela primeira vez que foi muito recentemente aprovado por um organismo dela dependente — o «Office de Promotion Culturel des Travailleurs Immigrés» — um conjunto de projectos integrados para a promoção cultural dos trabalhadores portugueses em França, que foram propostos em Março pela Secretaria de Estado da Emigração.

Esse conjunto tem como núcleo central um programa de formação de formadores e animadores sócio-culturais portugueses em França. Este, por seu turno, apoia-se em dois outros: um programa de acção cultural junto dos adultos, com especial atenção às mulheres domésticas e um programa de acção pedagógica intercultural dirigido aos filhos daqueles adultos.

Contaremos para o efeito com o apoio de uma instituição privada e não lucrativa francesa com amplas provas dadas: o IRFED (Institut International de Recherche et de Formation).

O programa de formação assentará em quatro polos regionais: Paris, Lyon, Marseille e Lille e será dirigido por uma Comissão Mista Luso-Francesa. Os animadores sócio-culturais serão formados com base em experiências práticas, o que permitirá fugir a esquemas verbalistas e abstractos.

O programa será financiado na sua maior parte pelo Office e, uma parte mais pequena, pela Secretaria de Estado da Emigração e arrancará ainda em 1976 segundo um projecto rigoroso já delineado, envolvendo um calendário, a definição de várias fases, objectivos e acções que as concretizarão e cálculo de custos. Está delineado por forma a que tenham acesso a esta formação professores portugueses em França, que deste modo se preparariam para uma acção de apoio às comunidades que absorveria a parte de seus horários de trabalho que hoje em dia permanece por utilizar, com enorme desperdício de recursos humanos e financeiros.

P. — Pode referir muito brevemente outros aspectos da actuação da SEE junto de outros Governos, no decurso de 1976, para defesa de interesses de emigrantes portugueses?

R. — Temos reiterado por diversas vezes ao governo alemão o desejo de negociar com ele o novo Acordo de Emigração, à semelhança do que estamos a preparar com a França. Temos ainda manifestado àquele governo a nossa preocupação pela garantia de estadia e de emprego dos emigrantes portugueses e pela facilitação do acesso à formação profissional dos jovens portugueses residentes na República Federal da Alemanha.

Manifestámos idênticas preocupações ao governo Holandês.

Temos insistido junto do governo Luxemburguês pela ratificação de um Protocolo Adicional ao Acordo de Emigração negociado no ano passado.

Averiguámos junto do governo Britânico sobre a veracidade de rumores de que iria ser posta em causa a estabilidade profissional de portugueses residentes no Reino Unido, o que felizmente se averiguou ser desprovido de fundamento.

Temos pedido ao governo do Canadá maior compreensão para com os problemas dos portugueses que naquele país se encontram ao abrigo de licenças temporárias.

Temos promovido através das nossas Delegações a legalização da situação de muitos portugueses no Brasil, Venezuela e Canadá, estabilizando as suas vidas e arrancando-os às garras de intermediários crapulosos.

Temos actuado persistentemente junto das autoridades iranianas, para que os contratos de trabalho dos emigrantes portugueses sejam respeitados pelas entidades patronais e revistos em função da experiência colhida.

P. — Certos meios de comunicação social têm referido a emigração para o Irão como um fracasso...

R. — Estou à vontade para me



pronunciar sobre o assunto porque foi uma experiência que arrancou antes da minha entrada para o Governo.

Direi que foi uma tentativa que, em face das nossas condições de emprego, teria sido condenável não empreender dado que, evidentemente, havia pessoas dispostas a ir.

Direi ainda que a SEE acompanhou a evolução dos acontecimentos, procurando na medida das suas possibilidades contribuir para a resolução dos problemas que se foram suscitando. Direi que se assegurou o regresso a todos os trabalhadores que se não adaptaram. Direi por fim que neste momento, em relação aos que ainda permanecem no Irão, parece notar-se uma certa estabilização e aclimação. Estes são cerca de 300 e voltaram cerca de 100. Decorrem negociações, envolvendo canais diplomáticos, no sentido de melhorar os seus contratos. Mantém-se no Irão um inspector da SEE.

Chamar a isto um êxito seria especulativo. Mas chamar-lhe um fracasso talvez também o seja...

P. — Considera que os emigrantes estão hoje mais «integrados» na realidade portuguesa?

Que medidas entende deverem ser tomadas para manter — e porventura melhorar — tal situação?

R. — Em primeiro lugar, todas as que lhes permitam participar nessa realidade como portugueses que são.

Sou pois defensor do voto dos emigrantes, não só para a Assembleia da República mas também para o Presidente da República. Como cidadão e como membro do Partido Popular Democrático, continuarei a

lutar pelo reconhecimento deste segundo direito.

Fui eu quem presidiu à equipa que, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, organizou o recenseamento dos emigrantes.

Temos sido criticados por vezes com o fundamento de que o número relativamente pequeno de inscrições (cerca de 105 000 em todo o Mundo) se teria devido ao prazo curto — 15 dias prorrogados por mais 2 — dado para o recenseamento. O que esses nossos críticos esquecem é que tudo tinha de ser feito por forma a que as eleições tivessem lugar em 25 de Abril e que o «sinal de partida» só nos foi dado em fins de Janeiro, quando a aproximação do encerramento dos trabalhos da Constituinte permitiu fixar a data das eleições e saber, em face da Constituição, quem iria votar.

Pensando nos meus colaboradores, direi que montar em tão curto prazo de tempo um recenseamento que correu sem problemas em cerca de 100 postos espalhados por todo o Mundo foi um bom trabalho.

Deu-nos a impressão de que muitos emigrantes duvidaram de que as coisas corresse com eficácia e seriedade. Como a experiência demonstrou que essa desconfiança não era fundamentada, da próxima vez a participação há-de ser maior.

P. — Um modo de compensar a distância que separa os emigrantes do seu país é fazer-lhes chegar informações que em muitos casos eles não estão a receber.

R. — Ao longo destes meses, essa tem sido uma das preocupações da SEE. Somos nós quem desde Fevereiro, vem assegurando as emissões da Rádio Liberdade para a Europa. A avaliar pela correspondência recebida, o programa tem satisfeito de um modo geral, pelo carácter objectivo e não agressivo do seu conteúdo informativo e por se abordarem com conhecimento de causa os problemas específicos dos emigrantes.

Vamos agora enveredar por um outro sistema, que é o de fundir essa emissão com a da Radiodifusão Portuguesa. Mas esta estação emissora passará a dispor de antenas alemãs que faziam a «Rádio Liberdade» da S.E.E. chegar em

boas condições de audição a muitos trabalhadores portugueses na Europa. A R.D.P. dará em contrapartida à S.E.E. um número razoável de horas semanais em que a S.E.E. apresentará a sua programação própria.

Prosseguem também os trabalhos da nossa equipa de televisão que, dentro de poucos meses, nos permitirão passar semanalmente em França um programa colorido de meia hora destinado aos trabalhadores portugueses. Estamos também a envidar diligências para que o mesmo programa possa passar noutros países em que existem comunidades portuguesas.

O programa só ainda não arrancou porque é imprescindível um período de alguns meses para reunir a equipa, adquirir todo o material, começar as filmagens e montar as imagens colhidas, por forma a constituir um «stock» sem o qual não seria depois possível assegurar sem falhas a periodicidade semanal.

É pois todo um trabalho «subterrâneo» que tem estado a ser feito mas cujos frutos hão-de vir à luz...

No domínio da informação escrita, há ainda muito para fazer. Neste período, reformulámos o conteúdo da revista «25 de Abril», procurando que ela constitua um repositório mensal da informação pensada para os emigrantes sobre Portugal e sobre os problemas da emigração e apresentada de um modo gráfico atraente.

Lançámos uma outra iniciativa: a do «Portugal e Informação/Documentação». Trata-se de um boletim destinado a todas as fontes de informação junto dos emigrantes: jornais da emigração, programas de rádio em português, associações portuguesas, consulados, delegações da SEE. O material informativo levado pelo boletim pode depois ser reproduzido por aquelas fontes e chegar assim a um número muito apreciável de emigrantes.

O Boletim, enviado por via aérea foi pensado como semanal. Infelizmente, surgiram algumas dificuldades técnicas que conduziram a atrasos. Já dei no entanto instruções no sentido de que estes sejam recuperados e não se repitam.

Neste momento estamos também a pagar àquelas associações portu-

guesas que se nos dirigem para o efeito, desde que tenham sede própria, a assinatura de um diário e de um semanário portugueses à sua escolha.

AS POSSIBILIDADES DE AJUDA TÉCNICA E FINANCEIRA PARA A SOLUÇÃO DOS NOSSOS PROBLEMAS MIGRATÓRIOS POR PARTE DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E INTERGOVERNAMENTAIS NÃO ESTÃO ESGOTADAS

P. — Quer dizer-nos mais alguma coisa sobre a acção directa da SEE junto dos emigrantes?

R. — Repare que esta nossa conversa não tem incidido sobre as actividades de rotina da SEE, mas sim sobre a acção governativa do Secretário de Estado.

Como é sabido, as delegações existentes da SEE têm, na medida das suas possibilidades, prestado apoio social e cultural às comunidades portuguesas. O apoio social traduz-se sobretudo em consultas em matéria de direitos sociais e na intervenção a favor de emigrantes junto das autoridades locais. O apoio cultural tem sobretudo consistido na dinamização de um circuito de filmes portugueses organizado a partir de Lisboa e no apoio técnico e documental a outras iniciativas das associações portuguesas.

A SEE apoia também as associações através de subsídios pecuniários e de fornecimento de material. Deste avultam as bibliotecas (de literatura portuguesa, de teatro vivo, juvenil e de formação política). Quando entrei em funções encontrei a satisfação dos pedidos de bibliotecas bastante atrasada por razões respeitantes ao funcionamento dos serviços. Uma das minhas primeiras preocupações foi activar a expedição e é com satisfação que posso afirmar que ao longo destes meses foram enviadas a associações de portugueses que as pediram largas dezenas de bibliotecas.

Bastante gostaria que estas bibliotecas não ficassem «arrumadas a um canto», mas constituíssem centros vivos de cultura, especialmente junto das novas gerações que muitas vezes estão totalmente desabitadas de ler em português. Daí a importância muito grande das bibliotecas juvenis, cuja difusão conto acentuar ainda através de um plano de distribuição, não só por associações mas também pelos cursos do ensino básico sempre que haja instalações para as guardar e vontade de as utilizar.

A dinamização da utilização das bibliotecas será um trabalho de apoio cultural, a exercer pelas delegações da SEE onde elas existam.

P. — No domínio das organizações internacionais, que se fez ao longo destes meses, no que toca à emigração?

R. — Entreviemos na renegociação do Acordo com a C. E. E. Os resultados não tiveram, no chamado «volet» da mão-de-obra, aquela amplitude por que nos batemos, tendo-se conseguido o reconhecimento do princípio da igualdade de tratamento, nos países da C. E. E., entre os emigrantes portugueses e os trabalhadores originários desses países, no que se refere às condições de trabalho e de remuneração e à segurança social.

Foi a meu convite e do Secretário de Estado dos Retornados que visitou Portugal, em Abril de 1976, o Governador do Fundo de Reestabelecimento do Conselho da Europa. Na sequência dessa visita, o governo Português decidiu aderir a esse organismo. A adesão permitirá o acesso a crédito em condições razoáveis para iniciativas de criação de postos de trabalho e de alojamento para retornados e para emigrantes regressados.

No que diz respeito a tal tipo de iniciativas acrescento que nos está prometido um subsídio de cerca de 50 000 contos pelo governo Holandês e que a SEE está a estudar projectos de investimento daquela soma que criem postos de trabalho em zonas caracteristicamente de emigração.

Começaremos pela Beira Baixa, por ser uma zona desse tipo onde ainda nada foi feito. Mas as lições colhidas deste primeiro passo poderão e deverão ser transpostas para outras regiões.

A SEE participou na preparação de uma moção, que viria a ser aprovada por unanimidade, em Maio de 1976, pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em conjugação com a O. C. D. E. e o CIME, recomendando aos Estados Membros que estudassem a possibilidade de acolher um certo número de emigrantes portugueses ou de financiar a sua emigração para outros continentes.

Em Abril de 1976, assinei em representação do Governo Português um acordo operacional com o CIME (Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias) em cujos termos passaremos a contar com a cooperação deste organismo para a obtenção de empregos fora da Europa para emigrantes portugueses e para a preparação, transporte e instalação desses emigrantes.

Também ao longo deste primeiro semestre de 1976 a SEE tem vindo a participar em trabalhos sobre emigração da O. I. T., O. M. S. e O. C. D. E.

As possibilidades de ajuda técnica e financeira para a solução dos nossos problemas migratórios por parte de organismos internacionais e inter-governamentais não estão esgotadas. Por isso nomeei um reputado especialista na matéria, o Dr. Carlos Castro Almeida, docente na Universidade de Genebra, para, integrado na Representação Permanente de Portugal junto das Nações Unidas naquela cidade, programar e executar uma política de contactos sistemáticos com tal objectivo.

P. — Em termos muito gerais, qual será, para si, a tónica da política da emigração portuguesa nos próximos anos?

R. — A situação de emprego em Portugal justificaria a emigração nos próximos anos de um número considerável de portugueses, incluindo retornados de África.



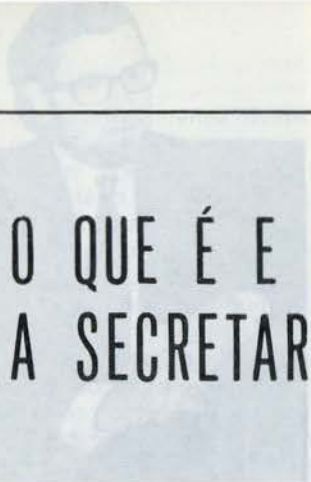
A SEE, como departamento que é do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem vindo ao longo destes meses a desenvolver um intenso esforço diplomático no sentido de abrir vias para essa emigração. Não seria ainda oportuno entrar em pormenores sobre os esforços feitos.

Mas a verdade é que, neste momento, a obtenção de colocações no estrangeiro é muito difícil. A emigração não será pois a principal solução para os nossos problemas de emprego, nem considero desejável que o fosse.

Isto leva-me a pensar que nos próximos anos o centro da nossa política de emigração vai ser o acompanhamento das comunidades portuguesas já estabelecidas no estrangeiro, para as apoiar e apertar os laços que as unem a Portugal.

Nesse campo há uma infinidade de trabalho por fazer. Um trabalho que não será só da SEE, mas de outros departamentos do Estado e dos portugueses residentes no estrangeiro e das suas associações. Esse trabalho poderá vir a dar uma nova dimensão a Portugal. Um Portugal para todos os portugueses.

**OS CONSULADOS NOS
PAÍSES DE IMIGRAÇÃO
DEVERIAM SER
TRANSFORMADOS
EM ORGANISMOS
VIRADOS PARA O APOIO
SOCIAL E CULTURAL
DAS COMUNIDADES
PORTUGUESAS**



O QUE É E PARA QUE SERVE A SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

A Secretaria de Estado da Emigração foi criada em Junho de 1974. Cerca de um ano mais tarde, foi transferida do Ministério do Trabalho, a que inicialmente pertenceu, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde hoje em dia se encontra integrada.

Tem como atribuições principais preparar e dirigir o processo emigratório, promover a protecção e o enquadramento social e cultural dos trabalhadores portugueses no estrangeiro, negociar acordos internacionais sobre emigração, promover através das autoridades diplomáticas e consulares a acção dos países de acolhimento no sentido da melhoria do bem-estar dos emigrantes, proporcionar aos emigrantes, em colaboração com os organismos competentes, informação sobre Portugal, proceder a estudos sobre a emigração.

Vê-se por esta lista, que existem muitos assuntos respeitantes aos interesses dos emigrantes que não são da competência directa da Secretaria de Estado da Emigração.

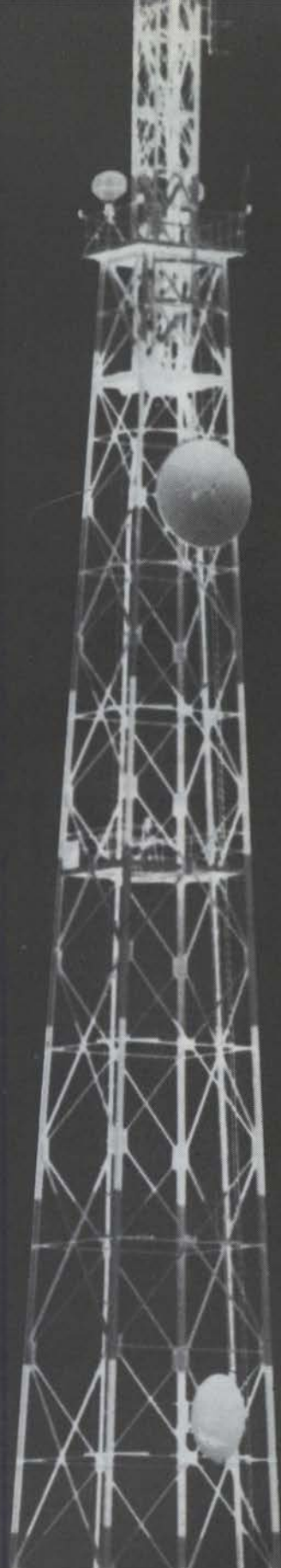
Assim, o ensino português aos filhos dos emigrantes depende directamente do Ministério da Educação e Investigação Científica. A utilização das remessas dos emigrantes e o regime alfandegário da entrada em Portugal dos seus bens, nomeadamente automóveis, depende do Ministério das Finanças. Os problemas de transportes dos emigrantes em férias dependem do Ministério dos Transportes. A Radiodifusão Portuguesa, que para eles transmite em ondas curtas, depende do Ministério da Comunicação Social. A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes depende do Ministério dos Assuntos Sociais.

Esta explicação ajudará a compreender por que motivo assuntos como os que acabamos de referir não são mencionados na entrevista dada pelo Secretário de Estado da Emigração. Podemos no entanto afirmar que, de um modo geral, todos eles são estudados também na Secretaria de Estado da Emigração, que frequentemente tem intervindo como defensora dos emigrantes junto dos Ministérios com poder de decisão.

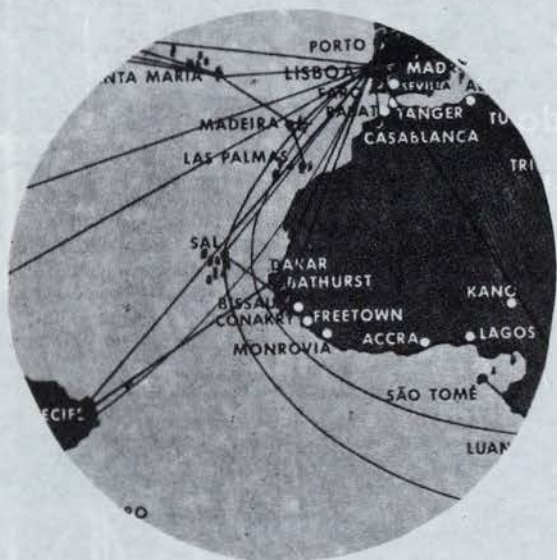
EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

As emissões da Rádio Liberdade, da responsabilidade da Secretaria de Estado da Emigração, estão no ar diariamente em onda curta:

- de segunda a sábado das 21 às 22 (hora de Lisboa), em 31,014 metros;
- ao domingo das 13 às 14 (hora de Lisboa), em 49 metros.



PORTUGAL E O MUNDO



PRESENÇA EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Portugal foi eleito para o Comité da Habitação, Construção e Planeamento e para o Comité da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, ambos integrados no Conselho Económico e Social das Nações Unidas. As atribuições do Comité da Habitação, Construção e Planeamento são as seguintes:

- examinar os relatórios respeitantes às actividades de assistência técnica no domínio da habitação, das instalações colectivas conexas e da planificação física;
- apresentar recomendações ao Conselho Económico e Social, com vista a assegurar a coordenação destes programas entre os diversos órgãos da ONU;
- apresentar aos Governos recomendações sobre as prioridades que devem ser estabelecidas e os pontos que devem ser observados nos programas respeitantes a habitação, instalações conexas e planificação física;
- favorecer a troca e divulgação dos conhecimentos práticos e das informações neste domínio, nomeadamente das necessidades dos países subdesenvolvidos;
- elaborar para os órgãos competentes das Nações Unidas e para outras instituições, propostas sobre o financiamento da construção e aquisição de habitações, o estabelecimento de planos apropriados para a construção de habitações baratas em diferentes condições de clima e meios culturais, o aperfeiçoamento e melhor utilização de materiais de construção;
- estudar os meios e métodos que permitam recorrer, sobretudo, às comissões regionais neste domínio.

REUNIÃO NA NATO

Decorreu em Oslo, em 20 e 21 de Maio, a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da NATO, onde foram abordados alguns dos grandes problemas internacionais da actualidade, nomeadamente os relativos à Conferência de Segurança e Cooperação da Europa. Depois de se fazer o ponto da situação após o acto final de Helsínquia, iniciou-se a discussão das diligências que os países da Aliança Atlântica poderão vir a desenvolver com vista à Conferência de Belgrado, a realizar no próximo ano. Foi também analisada a situação no Mediterrâneo e, em particular, no Médio Oriente. A situação na África Meridional, a instabilidade nas ex-colónias portuguesas, após a independência, os casos da Rodésia e da Namíbia e a resolução do problema do «apartheid» na África do Sul, foram alguns dos pontos debatidos.

Durante a sua estadia em Oslo, o ministro Melo Antunes referiu-se à deterioração das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular de Angola. «Fui completamente apanhado de surpresa pela reacção final do Governo da RPA ao mandar encerrar os nossos serviços diplomáticos em Luanda». «Consideramos que esta

atitude da parte de Angola vai, no fundo, ajudar aqueles que consideramos inimigos comuns, que são todas as forças que, tanto no nosso país como provavelmente em Angola e em todo o Mundo, estão contra os esforços desenvolvidos no sentido de se procurarem relações mais equilibradas e mais justas entre os povos que estão animados por verdadeiros ideais de progresso e de solidariedade humana». «Continuamos abertos à possibilidade de diálogo e de normalização, embora, evidentemente, face a este acto unilateral da RPA, aos seus dirigentes deva competir tomar as medidas necessárias para desbloquear a situação».

Melo Antunes teve um encontro com o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, a pedido deste, e partiu depois para a Suécia. Em Estocolmo, nas conversações em que participaram o Primeiro-Ministro sueco Olof Palme e o ministro dos Negócios Estrangeiros, foram abordados os múltiplos aspectos das relações entre os 2 países e trocadas impressões sobre a evolução política e económica de Portugal. Com o ministro sueco do Comércio Externo, discutiu o alargamento de mercado para a indústria portuguesa de lani-



ofícios, comércio de carne e novas disposições quanto à dupla tributação das actividades económicas de empresas suecas existentes em Portugal. O Governo sueco fez uma doação de 5 milhões de coroas (cerca de 35 mil contos) para apoio ao movimento cooperativista português, segundo foi divulgado numa das sessões de trabalho.

AUXÍLIO DA FAO

O Programa Alimentar Mundial organizado pela FAO (organização das Nações Unidas para as questões da alimentação) atribuiu a Portugal uma ajuda alimentar no valor de 2,3 milhões de dólares em benefício dos refugiados de Angola. Durante o ano passado o PAM tinha contribuído com uma ajuda de 3,5 milhões de dólares para os refugiados da antiga colónia portuguesa.

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO

Portugal passará a dispor de uma maior assistência técnica no sector da segurança do tráfego aéreo, em consequência do acordo firmado pelo secretário de Estado dos Transportes e Comunicações com a Eurocontrol (Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea) que tem sede em Bruxelas (Bélgica). Portugal que se inscreveu nesta associação, vai receber colaboração para o aperfeiçoamento de pessoal e para a exploração de instalações técnicas destinadas a melhorar a utilização do espaço aéreo superior (nacional e internacional).

ACORDO CULTURAL

COM A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Efectuou-se em Lisboa, nos dias 19, 20 e 21 de Maio passado, a 3.ª reunião da Comissão Mista Permanente Luso-Alemã para aplicação do Acordo Cultural entre Portugal e a República Federal da Alemanha, celebrado em Outubro de 1965.

A reunião decorreu sob a presidência do Dr. Nataniel Costa, Director-Geral Adjunto dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo a delegação alemã chefiada pelo Embaixador Günther Schödel. Entre os delegados portugueses, esteve presente, pela Secretaria de Estado da Emigração, o Dr. Fernando Oliveira, Adjunto do Director do Departamento de Informação e Apoio Cultural.

Depois de ter sido vivamente salientada, pelas duas partes, a importância do intercâmbio cultural luso-alemão para as relações de amizade e compreensão entre os dois países, a Comissão concluiu diversos pontos, dos quais destacamos:

«(...) Ambas as partes estão de acordo fundamentalmente com os princípios básicos que orientam o ensino de Português na Alemanha para as crianças portuguesas.

A Parte alemã sublinhou a importância da resolução da Conferência dos Ministros da Educação dos Estados Federados da República Federal da Alemanha, adoptada em 8 de Abril do corrente ano, a qual favorece uma maior unificação do ensino nos diversos «Laender», daí resultando maiores possibilidades para o ensino do português.

No que se refere ao ensino básico, a Delegação Portuguesa expressou o voto de que sejam criadas condições favoráveis à integração dos professores portugueses no sistema educativo alemão, nomeadamente através do adequado conhecimento da língua alemã.

Registou com agrado a informação prestada pela Parte alemã de que as crianças portuguesas poderão usufruir das mesmas condições que as crianças alemãs na aquisição de material didáctico incluindo o de língua portuguesa.

No sector universitário a situação é actualmente satisfatória em ambos os países. No entanto, Portugal manifestou o desejo de ver intensificado o interesse pela difusão da língua e literatura portuguesas nas Universidades alemãs, nomeadamente através da criação de novos Leitorados.

Equivalência de Estudos e de Diplomas

Ambas as Partes concordaram na vantagem de uma troca de informações sobre os respectivos sistemas escolares, de forma a permitir uma apreciação fundamentada dos pedidos de equivalência.

Institutos de Cultura

A Parte Portuguesa lembrou o importante papel desempenhado pelo Instituto Alemão na difusão da cultura alemã em Portugal. Reconheceu o interesse que terá a criação de Centros ou de Institutos de Cultura Portuguesa no estrangeiro, sublinhando embora

que a situação económica do país parece tornar difícil a concretização imediata desse projecto.

Intercâmbio cultural

Foi realçada pelas duas Partes a importância da troca de exposições artísticas, encarando a Parte Portuguesa a possibilidade de organizar para breve exposições dos seguintes tipos: Exposição de Gravura, Exposição de Vanguarda e Exposição de Arte Popular.

Portugal apresentou um projecto de difusão da cultura portuguesa na República Federal da Alemanha através da organização anual de Semanas Culturais. Estas poderiam compreender, ao mesmo tempo, manifestações nos diversos domínios culturais tendo como tema central a figura de um português como Luís de Camões, Gil Vicente, Fernando Pessoa, Almada Negreiros e outros, ou uma ou várias épocas mais representativas da vida cultural portuguesa. Portugal acolheria com interesse a organização de Semanas Culturais alemãs cujas manifestações poderiam decorrer simultaneamente em várias cidades portuguesas.

A RFA regozijou-se com as propostas portuguesas, prometendo dar, na medida do possível, apoio para que sejam realizados os votos expressos. Acrescentou que esses apoios seriam extensivos ao intercâmbio de especialistas nos domínios atrás aludidos.

No âmbito das trocas de experiências e de especialistas, a Parte portuguesa formulou o desejo de que as autoridades alemãs dirigissem convites a três especialistas portugueses de restauro de obras de arte, a dois ou três especialistas de organização, valorização e salvaguarda das riquezas do património cultural, bem como a arqueólogos, tendo em vista a realização de estágios de curta duração ou visitas de estudo.

Por outro lado, realçou o interesse em ser incentivado e apoiado o intercâmbio entre os museus dos dois países, no sentido de uma directa colaboração não só no âmbito das trocas de técnicos de museologia e museografia mas também no das exposições das suas espécies patrimoniais.

EDUCAÇÃO

COOPERAÇÃO COM A SUÉCIA

O ministro sueco da Educação, Bertil Zachrisson, que visitou o nosso País durante alguns dias afirmou à chegada: «Dos meus contactos com o vosso ministro da Educação ficou-me a certeza de que teremos muito a ganhar num diálogo convosco, conhecendo as experiências que vos fizeram percorrer num curto espaço de tempo um caminho que nós levámos 30 a 40 anos a percorrer».

Durante a sua estadia o ministro sueco visitou o Instituto de Tecnologia Educativa, a Universidade do Minho — onde estão a decorrer, no âmbito da cooperação luso-sueca, experiências-piloto sobre educação de adultos — a Universidade de Coimbra e participou num colóquio sobre o ensino superior e a investigação científica (na Reitoria da Universidade de Lisboa). Bertil Zachrisson encontrou-se também com o ministro da Comunicação Social e com dirigentes dos principais jornais portugueses, com quem trocou impressões sobre o auxílio do Estado às empresas jornalísticas e sobre o problema da exportação de papel sueco para Portugal, de que dependem os nossos jornais. Durante um breve encontro com jornalistas, o ministro acentuou que «a colaboração entre os dois países começara, naturalmente, em consequência das profundas modificações políticas e sociais ocorridas em Portugal, mostrando que em alguns campos os dois países seguiam direcções semelhantes, o que tornou mais forte e profunda essa colaboração, entre os de-



Visita do ministro sueco ao ITE.

partamentos de Estado encarregados do ensino nos dois países».

A cooperação sueca no campo da educação tem-se desenvolvido de forma muito favorável

para Portugal, no que respeita ao envio de técnicos e equipamento, e também num efectivo apoio político no âmbito das conferências internacionais sobre questões de educação.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Uma delegação — presidida por Marcelo Curto, Secretário de Estado do Trabalho — e constituída por representantes de diversos ministérios, do patronato e dos trabalhadores (esta designada pela Intersindical) participou em Genebra (Suíça), na 61.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (da O.I.T. — Organização Inter-

nacional do Trabalho). Esta é uma das mais importantes reuniões internacionais no âmbito da O.I.T., o que ressalta da própria ordem de trabalhos, sobretudo no que se refere à criação de mecanismos tripartidos (Governo, patronato e trabalhadores) para promover a criação de normas internacionais sobre o trabalho.

PORTUGAL-JUGOSLÁVIA:

TRANSPORTE E TURISMO

Estão a decorrer as negociações para a assinatura do acordo bilateral de transporte aéreo entre Portugal e a Jugoslávia.

A partida para Belgrado, o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, eng.º Machado Rodrigues, explicou que o acordo será feito «no seguimento do acordo comercial que, no ano passado, foi assinado entre os dois países», acrescentando ainda: «Para Portugal, o acordo reveste-se de significativo interesse, na medida em que, no plano de reconversão da nossa Companhia de Transportes Aéreos (TAP), o Ministério dos Transportes e Comunicações está a estudar a possibilidade de prolongamento de algumas das nossas linhas regulares, nomeadamente a linha de Zurique ou de Milão, para o Médio Oriente, fazendo escala em Belgrado. Portanto, neste acordo, vamos ter a possibilidade de prolongar a rede portuguesa de transportes aéreos regulares. Também tem interesse no domínio turístico, na medida em que começam a existir correntes turísticas da Jugoslávia para Portugal.»

Durante a estadia da delegação portuguesa em Belgrado serão estabelecidos contactos para próximas negociações de um acordo sobre transportes rodoviários e, possivelmente, sobre transportes marítimos.

COM
DA ALA

EDUCAÇÃO
COOPERAÇÃO
COM A SUÉCIA

TRABALHO COMUNITÁRIO

- UM «BOM HÁBITO» -





O trabalho comunitário não é uma invenção de agora, ou uma descoberta das comissões de moradores. De há muito, que por esse país fora, em muitas modalidades, as populações se entre-ajudam, ou para os trabalhos dos campos, para o semear, para sachar, para a ceifa ou para a vindima, ou também para todos pelos interesses colectivos do povoado.

Os «visinhos» que se ajudam é uma forma que tem remotas tradições; podemos dizer é um bom «hábito», este, que muitas pessoas do povo português sabem praticar.

Como no caso de VALE CENTEIO, uma pequena aldeia do Concelho de Soure.

As mulheres, em conjunto, limpam a «lagoa» pública das ervas, na altura da Primavera. Depois, no fim do Verão, quando seca o depósito da água das chuvas, cabe a vez aos homens de limpar o lodo da «lagoa», para a deixarem preparada para receber as chuvas de inverno.

AS COOPERATIVAS E A SOCIEDADE ACTUAL

Toda a sociedade humana, no conjunto da sua estrutura económica, procura produzir os bens necessários à sobrevivência dos homens: a alimentação, a habitação, o vestuário, a cultura, a maquinaria e os diversos aparelhos destinados, com o constante avanço da técnica, a diminuir o esforço físico do homem na produção, e ainda melhorar a qualidade de bens produzidos, num tempo de trabalho cada vez mais reduzido. Mas vejamos como as coisas se passaram. Ao longo da história da sociedade humana, os homens foram-se aos poucos apropriando das sobras que não eram consumidas na sua região, passando abusivamente a considerarem-se seus exclusivos

proprietários. A posse destes excedentes permitiu-lhes primeiro, não ter de participar na produção para sobreviver, ficando com algum tempo livre, e a seguir, trocar esses produtos por outros capazes de se reproduzirem (por exemplo, o gado e as terras). Foi assim que, ao longo de milhares de anos, os produtos foram deixando de ser destinados exclusivamente para consumo das pessoas que os produziam, passando uma parte para as mãos dos não-produtores. Estes, através duma lenta e persistente aprendizagem na escola do lucro fácil e da ganância, procuraram multiplicar o valor aos produtos, ora trocando-os por outros mais valiosos nesta ou

naquela região, ora, mais tarde, por dinheiro, quando este se tornou ao longo da história um valor de troca. O dinheiro, por sua vez, mais tarde, começou a ser trocado pelos meios de produção, a ser capaz de reproduzir outros produtos, por intermédio do trabalho assalariado.

A história do *intermediário* e da *apropriação dos meios de produção* por um grupo de indivíduos, está pois na base deste desenvolvimento processado ao longo de gerações e gerações...

Contra este tipo de organização social, os produtores-consumidores, aqueles que produziam e produzem os produtos consumidores dos mesmos produtos, agruparam-se à volta de COOPERATIVAS.

Numa sociedade justa, de bases socialistas, os produtos são cada vez mais distribuídos entre os homens e mulheres que os produzem, ou seja àqueles que directa ou indirectamente estão ligados à sua produção; esta tomada no seu conjunto, é distribuída segundo as necessidades de toda a colectividade. E, tendo em conta determinada urgência para atender os sectores mais deficientes ou de maior carência, em determinados períodos de reconstrução dum país, os artigos de *primeira necessidade* passam para primeiro plano. Outros considerados *superfluos*, de secundária importância, podem e devem ser relegados para segundo plano.

O critério seguido tem em conta, além disso, a distribuição, o tempo de trabalho com que cada um contribui para a produção dos produtos, o desenvolvimento da técnica e da organização planificada da produção. As coisas acontecem assim porque, numa sociedade justa, *socialista*, o tempo de trabalho com que cada qual contribui para a produção é que serve de medida, de padrão, de todo o valor, de toda a riqueza — ou seja, o trabalho é transformado em produtos prontos para consumo.

COOPERATIVAS DA BEIRA BAIXA

Os nossos leitores desejam certamente conhecer experiências concretas de cooperativismo. Por essa razão apresen-

tamos neste número algumas das que estão a desenvolver-se na Beira Baixa, servindo-nos de dados de reportagens inseridos em jornais diários.

É difícil medir o peso da vida dos trabalhadores do campo. Só quem já o fez, quem já tomou o peso das sacas de batatas, quem já andou trabalhando à jorna, de sol a sol, pode, em boa verdade, sentir o desejo imperioso de cultivar uma terra sua.

- A Reforma Agrária na Beira Baixa está ainda bastante atrasada e custa mesmo muito a avançar, porque não existe uma grande tradição de luta entre os camponeses da região. A sua organização é ainda bastante limitada.
- A província tem cerca de 100 mil hectares de terra que podem ser abrangidos pela lei das expropriações, mas até este momento apenas foram expropriados 17 mil hectares.
- Depois de algumas alterações, a lei da expropriação das terras abrange os concelhos de C. Branco, Vila Velha de Rodão e de Inha-a-Nova, ficando de fora incompreensivelmente, o de Penamacor, zona onde abunda o latifúndio.
- A formação de cooperativa fez-se, não com grandes ocupações de terras, mas por meio de pequenos avanços, em cada local, ao sabor das disposições legais. Constituíram-se herdades colectivas depois da autorização dada pelo Ministério da Agricultura, encontrando-se já legalizados quase todas as cooperativas existentes.
- Por vezes, os trabalhadores, porque não emancipados e sujeitos ainda à anterior «aceitação dos

senhores» das terras, agarram-se aos técnicos do Centro da Reforma Agrária, incorrectamente. Mas pouco a pouco, vão descobrindo que, com as suas próprias forças fazem avançar a



O DISTRITO DE CASTELO BRANCO

O distrito de Castelo Branco, com a cidade do mesmo nome por capital, tem características variadas. Quem entra nele vindo do Alentejo, não sente muito a mudança, porque a paisagem é igual: Terra seca, de azinheiras, com olivais espaçados, pinheiros, com estevas floridas, giestas, amarelas e brancas, mato rasteiro, latifúndios que se prolongam a perder de vista.

Mais adiante, já na zona da Cova da Beira que se espalha entre as serras da Gardunha e a da Estrela, aparecem nitidamente os minifúndios.

Vivem no distrito grandes proprietários, camponeses pobres, assalariados agrícolas, operários da indústria.

Segundo dados estatísticos, a população deste distrito em 1973 era constituída por 238 400 pessoas, o que corresponde a 40 habitantes por km². O índice de mortalidade atingiu o valor de 12,8 por mil habitantes; o número médio de nascimentos é de 13 também por mil habitantes.

De 1960 a 1970 emigraram deste distrito 39 057 habitantes. Há 221 estabelecimentos de

saúde, incluindo postos e farmácias, dos quais apenas 24 têm possibilidade de internamento.

Para o ensino, o distrito conta com um total de 595 estabelecimentos dos diversos ramos e graus de ensino, onde leccionam 1786 professores, sendo o número de alunos matriculados, em 1973, de 38 179. Existem ainda 63 cantinas escolares de que beneficiam 2989 alunos, e 3 bibliotecas.

Em 1973 foram construídos 547 fogos para habitação, tendo a energia eléctrica aproveitado a 53 599 consumidores.

Os rendimentos tributados a 8617 contribuintes (de imposto profissional) atingiu a verba de 514,3 milhares de contos. O imposto complementar incidu sobre 2166 contribuintes, sendo os rendimentos colectáveis correspondentes, da ordem de 495,4 milhares de contos.

Quanto à divisão da propriedade agrícola impera o minifúndio: existem 9424 explorações agrícolas com menos de meio hectar cada.

Reforma Agrária.

- Actualmente, na Beira Baixa, existem cooperativas em: *Lençisais e Malpica do Tejo* (Castelo Branco), *Quinta da Vargem* (Unhais-da-Serra), *Alcafozes* (C. Branco), *Egitânia*, *Unidade Colectiva de Produção da Toulva e Granja de S. Pedro* (Idanha-a-Nova).

Apresentamos informações sobre algumas delas.

COOPERATIVA «CAMPONÊS LIVRE» (MALPICA DO TEJO)

Seguindo a estrada de Monforte da Beira, encontramos Malpica do Tejo, aldeia com tradições comunitárias, que é uma excepção nas redondezas. A sua «Moagem Social» conta 550 associados, tem uma Cooperativa de Olivicultores e uma experiência de aproveitamento de terrenos abandonados.

Foi nesta terra que se fundou a Cooperativa Agro-Pecuária de Malpica — «Camponês Livre», com uma área de 1100 hectares, de que se cultivavam apenas 100.

Nos princípios deste ano (em Janeiro) alguns trabalhadores mais ousados, depois de contactados o IRA e as Forças Armadas, iniciaram a criação da unidade colectiva. O importante era resolver um problema e uma situação: o desemprego que viam no povo.

Apesar dos boatos espalhados, das ameaças recebidas e do medo, 21 trabalhadores fazem hoje parte efectiva da Cooperativa, que já conta uma certa organização: 4 homens na direcção, assembleia geral de 15 em 15 dias, etc. Por enquanto são apenas estes, número pequeno para as necessidades, mas o rendimento da venda dos borregos e dos queijos não dá para mais.

A cooperativa formada nos terrenos de 3 propriedades — Gariza dos Castelos, Monte do Carregal e Monte dos Bichos — tem como principal fonte de riqueza o gado: 1383 ovelhas, algumas dum pastor que ainda não aderiu, e 200 cabras.

A venda de queijos é o rendimento imediato dos cooperativistas que se debatem com proble-

mas de escoamento uma vez que a produção anda entre os 10 e 20 quilos. Possuem ainda oliveiras, sobreiros, pinheiros e azinheiras. No começo tinham apenas 2 tractores velhos e um outro emprestado pela cooperativa de Berravila; agora contam com mais máquinas que, há bem pouco tempo, os ferroviários do centro do País lhes levaram: um tractor, um atrelado e outras alfaias agrícolas.

Apesar de todas as dificuldades os trabalhadores rurais quase todos analfabetos, esperam fazer da Cooperativa uma verdadeira unidade colectiva de produção. E, de facto são dos que reúnem maiores possibilidades de desenvolvimento, em razão dos terrenos ocupados.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DA EGITÂNIA

A Cooperativa Agrícola da Egitânia engloba mais de metade das pessoas da aldeia de Idanha-a-Velha, trabalhando nela não só os casais com saúde, mas também os velhos que ainda podem, ficando poucos de fora. São mais de 1700 hectares abrangidos pela lei da expropriação das terras.

Começaram o trabalho em Fevereiro, apesar dos obstáculos; alguns entretanto, preferiram ficar ligados ao patrão, senhor único das redondezas.

A Cooperativa que é talvez das mais pobres da região, nasceu da

organização dos trabalhadores que depois contactaram com o Centro da Reforma Agrária e recorreram ao Crédito Agrícola de Emergência.

Durante 5 semanas os trabalhadores da Coop. não receberam salário, sobrevivendo com o dinheiro das suas reduzidas economias, e com o produto da venda de 1000 sacos de carvão que fizeram.

A ausência de máquinas é dos problemas mais agudos e um pequeno tractor que um pequeno rendeiro pôs ao serviço de todos, não chega a nada.

As terras são ferrentas, de média fertilidade e agora encontram-se já em parte semeadas de batatas (mais de 30 sacas), de milho (55 alqueires), de feijão verde, de grão e couves galegas. Têm ainda 2 hectares de vinha, 150 de oliveiras e um pequeno pomar.

E agora as suas aspirações são a compra de 6 vacas leiteiras, e a construção duma pequena barragem que viria trazer grandes possibilidades de irrigação dos terrenos.

Pensam também transformar, quando houver dinheiro, a casa do Senhor em refeitório, creche, posto médico, sala de convívio, bar... tudo coisas para pôr ao serviço das pessoas da terra.

Continuam unidos estes 19 trabalhadores, apesar dos obstáculos, dos boicotes, da dureza da vida... Por isso mesmo. Para serem livres.



COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LENTISCAIS

Quem segue na estrada de Castelo Branco para Malpica, a 20 km da cidade encontra a herdade de Monte Pardal, perto do povoado dos Lentiscais.

É aí a Cooperativa Agrícola dos Lentiscais, em terras quase sempre planas com sobreiros, azinhos e eucaliptos.

Os habitantes da aldeia, aqueles que não emigraram para França e Alemanha, ou para Lisboa e Castelo Branco, juntaram-se um dia, e com burros, tractores emprestados, etc., ocuparam o Monte Pardal, propriedade da família Garrett, com 960 hectares, na matriz, mas 1500 segundo o «Diário do Governo» que legalizou a ocupação. E nesse mesmo Domingo começaram a arrancar as ervas, a lavar, a semear... São esses homens ali nascidos nos Lentiscais, um dos quais apenas tem a instrução primária que fundaram a Cooperativa «A terra foi ocupada por todo o povo»; foi ele que começou a limpar o terreno, arrancar o mato e alguns choupos...

Parte daquela terra ou toda, segundo a memória daquela gente, seria dum baldio do povo, e já há uns 15 anos que não se abria ali um rego. Antes do 25 de Abril tinham pensado reunir-se os trabalhadores rurais, os pequenos camponeses e outros para comprar o monte ao proprietário. Desta vez a hipótese de as terras serem convertidas em eucaliptal foi o motivo que levou à ocupação.

Nos primeiros tempos, para o arranque da cooperativa, cada um entrou com 200\$00, para a compra do milho; mais tarde, porém, vendo

que não tinham apoio, resolveram que cada sócio entraria com 5 contos. O dinheiro junto é para pagar os salários, e para saldar a dívida de 360 contos emprestados pela IRA (Instituto de Reorganização Agrária), e que foram empregues na compra dum tractor, reboque e alfaias agrícolas.

Projectam, para o futuro, comprar uma máquina para desbravar os terrenos, construir uma garagem para as máquinas, uma casa para as reuniões e outra para o fabrico de queijos que agora é feito em casa dum trabalhador da Cooperativa.

E uma outra ideia começa a ganhar força «fazer uma cooperativa no povo, com os bocados de terra que cada um possui...»

Quem sabe se, neste Verão, com a vinda dos emigrantes, a ideia não terá o arranque definitivo!

A Cooperativa compõe-se de *sócios trabalhadores* (14) e *sócios de apoio* (mais de 50) que vivem em Lisboa, em França e noutros lados, mas naturais de lá, e que, como regalia, têm 20 % de desconto nos géneros produzidos e 5 % de juros pelo dinheiro entrado. Os sócios-trabalhadores recebem o ordenado mensal fixo de 5 contos.

Já fizeram 2 pequenas barragens, um vale de enxugo, limparam as oliveiras, lavraram mais de 50 hectares, semearam o milho (580 hectares), o trigo e centeio (50 hectares) e a aveia (15 hectares). Têm actualmente mais de 500 ovelhas e 60 cabras.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DA QUINTA DA VARGEM

Na encosta sul da Serra da Estrela, perto de Unhais-da-Serra,

povoação já com tradições operárias em razão das suas fábricas de lanifícios, situa-se a Cooperativa Agrícola da Quinta da Vargem. As terras, que faziam parte dum grande latifúndio da família Garrett, foram ocupadas em 1975, as primeiras ocupadas no norte do País.

São mais de 20 mil hectares de oliveiras, de pinhal, com um belo palacete que não é utilizado pelos trabalhadores. Actualmente estes são mais de 40, efectivos, sem contar com outros eventuais que empregam quando é necessário e que chegaram a 70 na época da colheita da maçã.

No começo obtiveram empréstimo, já pago, do Crédito Agrícola de Emergência.

As suas dificuldades referem-se sobretudo ao escoamento dos produtos, porque a comercialização está reduzida, para não dizer bloqueada, a certos canais, e houve uma onda de boatos que se levantaram a seu respeito.

A quinta possui um olival de 10 hectares, umas 35 mil bicas no pinhal, 600 ovelhas, 60 vacas leiteiras, alguns vitelos de criação (2dúzias), e um pomar com 27 hectares.

Quanto à sua organização os trabalhadores reúnem-se todas as semanas para discutir os problemas da Cooperativa. A sua contabilidade é rigorosa, já têm férias e nesta altura pensam em investir os lucros no aumento dos salários e na introdução de melhoramentos nas terras.

Projecto máximo: assegurar a independência económica da cooperativa, apoiando-se nas suas próprias forças, e criar um posto de venda em Unhais-da-Serra, onde alguns vivem, em ligação com a Comissão de Moradores.



ACORDO COM O C. I. M. E.

Na sequência de um pedido de cooperação que o Governo Português dirigiu ao C. I. M. E. (Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias) em Setembro de 1975, este organismo assinou com Portugal um acordo de cooperação com vista a superar

com maior eficácia e rapidez diversos problemas da emigração portuguesa.

Segundo o Secretário de Estado da Emigração, Dr. Sérvulo Correia «nos termos do acordo operacional, o C. I. M. E., em estreita articulação com as autoridades por-

tuguesas, assegurará aos emigrantes através dele colocados, orientação e informação prévias, organização de viagem e legalização da entrada, assim como certas formas de pré-ambientação e de auxílio à integração. Espera-se por este modo facilitar a um maior número de portugueses que o desejem a obtenção de trabalho no exterior, por ora apenas em países não europeus, ao mesmo tempo que se reforçam os meios de apoio aos emigrantes ao longo de todo o processo migratório».

É o seguinte o texto do acordo:

ARTIGO 1.º

O C. I. M. E. compromete-se a facilitar a emigração dos nacionais portugueses e de pessoas deslocadas ou não deslocadas, assim como as respectivas famílias, pondo em prática programas definidos, bem como a realizar outras actividades que possam vir a ser acordadas com o Governo Português, em conformidade com as disposições do Acto Constitutivo do C. I. M. E., com as decisões adoptadas pelos seus órgãos directores e nos termos do presente acordo.

ARTIGO 2.º

Com este objectivo, o C. I. M. E. instalará uma missão em Lisboa com o pessoal necessário, por sua conta, de modo a executar as responsabilidades da organização com eficiência e economia.

A designação do funcionário dirigente desta missão será submetida à aprovação do Governo Português.

ARTIGO 3.º

Para a aplicação do artigo 1.º o C. I. M. E. colaborará com as competentes autoridades portuguesas, com os representantes dos países de imigração e com os organismos não governamentais competentes que se ocupam dos assuntos de migrações e assegurará, consoante as necessidades, os seguintes serviços:

- a) Orientação dos emigrantes e difusão de informações respeitantes aos países de imigração;
- b) Organização e supervisão de cursos de línguas;

- c) Assistência aos candidatos à emigração, com vista à obtenção dos documentos e vistos necessários;
- d) Organização de viagem dos emigrantes, incluindo a reserva dos lugares;
- e) Informações e instruções aos emigrantes no que respeite à organização das suas viagens e ao transporte das suas bagagens;
- f) Envio para os países de destino de avisos antecipados de chegadas e de confirmações de partidas;
- g) Elaboração e distribuição de listas nominativas para os competentes serviços governamentais e não governamentais;
- h) Todos e quaisquer outros serviços necessários à realização dos objectivos, mencionados no artigo 1.º

ARTIGO 4.º

No que respeita aos programas para a América Latina, o C. I. M. E. assegurará os seguintes serviços, para além dos já mencionados no artigo 3.º:

- a) Recrutamentos em coordenação com as autoridades portuguesas;
- b) Selecção profissional dos candidatos;
- c) Constituição dos processos relativos a colocações e sua transmissão para os países de destino;
- d) Caso necessário, seguro de doença e seguro de acidentes, bem como auxílio através do fundo de compensação, além de outras formas de apoio à integração.

O QUE É O C. I. M. E.?

No seguimento da Conferência das Migrações, realizada em Dezembro de 1951, em Bruxelas, fundou-se em princípios de 1952 o Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias (C.I.M.E.).

A necessidade deste organismo justificou-se na resolução adoptada naquela conferência nos seguintes termos:

— «existe em certos países da Europa um problema criado pelas populações excedentárias e pelos refugiados,

enquanto que certos países do ultramar se encontram em condições para absorver os excedentes de população»;

— «este problema constitui, pela sua amplitude, um sério obstáculo à viabilidade económica e à cooperação europeias»;

— «se a melhoria geral das condições económicas e um aumento da produtividade, pela via do incremento das possibilidades de emprego e

ARTIGO 5.º

As autoridades portuguesas e os representantes do C. I. M. E. reunir-se-ão periodicamente para examinar os diferentes aspectos dos programas comuns e para trocar informações sobre assuntos relativos às migrações.

ARTIGO 6.º

O Governo Português concederá à missão do C. I. M. E. a ajuda e as facilidades necessárias ao seu bom funcionamento, particularmente colocando à disposição desta os locais administrativos adequados, o mobiliário e o restante equipamento de escritório, conforme as necessidades. O C. I. M. E. suportará provisoriamente estes encargos até ao momento em que o Governo Português esteja em condições de os suportar.

ARTIGO 7.º

Com vista a facilitar a execução dos programas do C. I. M. E., o Governo Português aceita participar, no orçamento respectivo, com as seguintes contribuições:

- a) Uma contribuição de 200 dólares por cada emigrante português, deslocado ou não deslocado, transportado sob os auspícios do C. I. M. E. no quadro dos programas mencionados no artigo 1.º Porém, alguns grupos de emigrantes, a determinar pelo Governo Português, satisfarão esta contribuição directamente ao C. I. M. E. Esta contribuição será revista de comum acordo periodicamente;

- b) Uma contribuição pelos serviços fornecidos pelo C. I. M. E. para a execução dos programas comuns, cujo montante será fixado entre o Governo Português e o C. I. M. E.

ARTIGO 8.º

O Governo Português entregará ao C. I. M. E. a contribuição referida na alínea b) do artigo anterior no início de cada exercício financeiro do C. I. M. E., devendo as contribuições referidas na alínea a) do mesmo artigo ser pagas trimestralmente, com base nas facturas apresentadas pelo C. I. M. E.

ARTIGO 9.º

O Governo Português e o C. I. M. E. examinarão em conjunto novos projectos e novas actividades que possam vir a ser eventualmente desenvolvidos em comum.

ARTIGO 10.º

1. O presente acordo entra em vigor no momento da sua assinatura.

2. Quando as partes o entenderem, o presente acordo poderá ser modificado ou substituído por um novo acordo. O presente acordo poderá ser denunciado por uma ou outra parte, mediante um pré-aviso de, pelo menos, seis meses.

de instalação na Europa e pelas facilidades dadas aos movimentos inter-europeus, podem constituir uma contribuição muito importante à solução deste problema, um aumento das migrações europeias para os países do ultramar aparece como um outro factor necessário de solução».

Trata-se pois de um organismo criado essencialmente para resolver, a curto prazo e a nível inter-governamental, a questão da pre-

sença de fortes contingentes de refugiados numa Europa não há muito saída da guerra e em vias de reorganização. Como se afirma numa série de documentos elaborados destinados a justificar a sua actividade, «o C. I. M. E. nasce da adversidade»... «A Europa debatia-se com enormes problemas de população causados pelo desemprego e pela agitação social e política. Era necessário criar um organismo internacional capaz de organizar a transferência, para paí-

ses do Ultramar, de todos aqueles — refugiados e autóctones — que desejavam beneficiar de novas oportunidades».

O C. I. M. E. age segundo três programas: transporte de refugiados para os países de asilo; organização de uma emigração europeia com destino aos países do continente americano e à Austrália; organização de uma emigração selectiva (migração de quadros técnicos) em direcção aos países da América Latina.

VENEZUELA

ANIVERSÁRIO DO «EXPRESSO» PORTUGUÊS

O jornal «Expresso Português» que se publica em Caracas, e é predominantemente dirigido para a comunidade portuguesa emigrada neste país, completou um ano de vida.

Será escusado salientar do interesse e utilidade que presidem à existência de diversos periódicos portugueses espalhados pelos cinco cantos do mundo onde, também, se espalham os nossos compatriotas emigrados; será escusado dizer do elo de ligação que estes

periódicos representam com a Mãe-Pátria.

Por isso a continuidade de vida deste jornal é um marco importante para toda a comunidade emigrada e, para nós, uma ponte de ligação entre dois órgãos de informação ocupados com as mesmas questões, veiculando os mesmos desejos, frutos ambos da mesma necessidade de diálogo vivo e fraternal. Falamos da «25 de Abril» que envia votos de continuação ao «Expresso Português»!

Na pequena festa comemora-

tiva, realizada pela direcção do semanário, em Caracas, encontravam-se presentes diversas individualidades da comunidade portuguesa que, com a sua presença, testemunharam da real representatividade que o jovem jornal já alberga em si próprio. Das individualidades presentes à festa de aniversário da publicação destacamos alguns membros do corpo diplomático português acreditados em Caracas, entre os quais o Embaixador de Portugal, Dr. João da Cunha Matos.



Redacción: Edif. JJ, Piso 1, Ofic. 2, Avda. Francisco de Miranda – Chacao TELEFONO: 33.30.17

AÑO II – No. 54. – CARACAS: JUEVES 6 DE MAYO DE 1976

Precio: Bs. 1,00

ASSOCIAÇÕES POPULARES

GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE ALMADA

A verdadeira cultura popular é aquela que sai do Povo, que é feita pelo Povo, está ao seu serviço e lhe é dirigida, constituindo uma parte essencial da sua formação e que por ele é usada como arma de crítica social.

Todos os povos têm a sua cultura própria; também nós, portugueses, temos a nossa cultura de fecundas e ancestrais tradições populares. Assim, torna-se muito importante divulgar a cultura popular do nosso País, de Norte a Sul, sendo com esse fim que algumas pessoas se têm organizado em volta de Associações culturais progressistas, cine-clubes, colectividades, grupos folclóricos, coros regionais, etc. Cabe-nos a nós, aqui, dar a conhecer essas Associações já formadas, ainda em número insuficiente mas essenciais para o momento que se vive e que vivem os portugueses.

Como dizemos noutra local, seria nosso desejo que esses traços genuínos da cultura popular, fossem sobretudo aqueles que os portugueses transportam consigo nas suas bagagens de emigrantes; por isso queremos dar, a palavra às Associações de emigrantes que não deixarão de nos responder.

Para já, aqui vai um exemplo: o Grupo Desportivo e Cultural de Almada.

O NASCIMENTO DE UMA ASSOCIAÇÃO POPULAR

Este grupo nasceu da iniciativa de um punhado de pessoas da cidade de Almada que pensou em fazer alguma coisa de concreto e de válido que pudesse inter-

É necessário que nos conheçamos e que para tal nos organizemos colectivamente. Na Pátria ou fora dela, algumas iniciativas subordinadas a estes princípios e objectivos são eloquentes exemplos de democracia popular, isto é, visando fins concretos para o bem-estar económico e social da comunidade. É desses exemplos, a apontar a quantos procuram fórmulas para promoverem o convívio e o espírito de entre-ajuda, que iremos dar conhecimento aos nossos leitores.

O exemplo que apresentamos hoje (Grupo Desportivo e Cultural de Almada) é também a nossa proposta de abertura a um diálogo entre todos os portugueses espalhados pelo Mundo. Que as Associações de Emigrantes nos escrevam dando-nos notícias dos seus projectos e problemas, das suas realizações e resultados práticos.

ressar a população. Para tal partiu de um princípio: a criança, à qual são dadas as prioridades de iniciativa. Foi assim que, no dia 1 de Junho de 1974, Dia Mundial da Criança, surgiu o Grupo Desportivo e Cultural de Almada, situado, actualmente, no antigo salão paroquial da freguesia.

A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA SEDE ACTUAL

«Dado o surto de ocupações, nós decidimos a certa altura ocupar este salão que estava há 8 anos desocupado. Sendo propriedade da Paróquia de Almada, os paroquianos entendiam que estava demasiado velho para servir, de modo que fizeram disto uma arrecadação e, acabando por servir, contra aquilo que todos os paroquianos poderiam supor, para guardar roubos da meia dúzia de larápios que infestavam o concelho. Ora, a arrecadação abandonada em que isto se tornou, foi a certa altura ocupada por um grupo de civis, por coincidência todos eles bombeiros voluntários. No entanto cometeram um erro, embora bombeiros: vieram ocupar isto por sua iniciativa pessoal e não com o apoio do comando dos bombeiros voluntários de Almada. E mais, sem sequer

terem o apoio da população do bairro que foi surpreendida pela ocupação, apresentando-se esta a nós como um facto consumado. Nessa altura, como não tivessem conseguido o apoio do comando, ficaram sem saber o que é que haviam de fazer a isto. Entretanto como nós estamos aqui paredes meias, puseram-nos o problema de virmos nós a utilizar este salão paroquial...»

A OCUPAÇÃO COM O ACORDO DO PROPRIETÁRIO

«...A primeira coisa que fizemos foi pois falar com o Pároco sobre a possibilidade de um entendimento entre nós. Mais tarde, de comum acordo com os paroquianos, esta casa passou a ser ocupada por nós, isto é: através de um entendimento entre o Grupo e a Paróquia. Já não estamos numa casa ocupada, mas sim cedida. Para além disto há a salientar o facto de que se algum dia se der o caso de virmos a ter de sair deste local por qualquer motivo, a Paróquia de Almada ficou, de certo modo, responsabilizada por nos encontrar um local...»





DESENVOLVIMENTO ORIGINAL DA DEMOCRACIA INTERNA

Quanto à organização interna da associação, também aqui se tem desenrolado um processo bastante original: «Quando o grupo se formou, a nossa orgânica interna era idêntica aos padrões antigos. Havia uma Direcção, Assembleia Geral e os respectivos associados. Neste momento a orgânica interna está totalmente remodelada: existe um Plenário de sócios «*órgão máximo do Grupo Desportivo*», o qual reúne mensalmente; uma Comissão Coordenadora constituída por 7 elementos: 2 de cada Comissão de Trabalhos e o Tesoureiro. Esta «Comissão Coordenadora» é ela mesma rotativa sendo periodicamente revezados os seus membros». Há ainda «Comissões de Trabalho e Comissões de Secretaria», onde está englobada a Secretária, o único lugar em que existe um elemento permanente, o Tesoureiro.» ...«Acrescentemos que, ao contrário de muitas colectividades, as contas do Grupo são apresentadas mensalmente». Em resumo, *tudo isto constitui um processo de democracia directa em que todos os sócios são responsabilizados por todo o trabalho desenvolvido no seio do Grupo.*

«Nós somos contra a teoria das élites»: um dos princípios pelo qual se orientam. Como tal defendem que toda a gente pode aprender tudo, ao contrário de certa teoria que pretende deverem as pessoas especializarem-se numa só coisa. Toda e qualquer pessoa tem capacidades, será necessário que essas capacidades sejam desenvolvidas e incentivadas e é nesse sentido que a associação trabalha. Desta forma várias iniciativas têm sido já postas em prática, entre elas a organização de

um grupo de teatro amador: «isto está hoje de tal modo em andamento que o teatro cá no grupo está a interessar todas as camadas: as crianças (temos teatro infantil), os jovens e outra camada menos jovem...» «Queremos que o teatro infantil seja feito pelas próprias crianças; com os cenários pintados por elas, participando no teatro sob todos os aspectos. Amanhã, num segundo ou terceiro espectáculo, será mesmo uma criança que vai encenar, ensaiar. Amanhã, serão eles que farão a montagem, os cenários.»

Já que se falou na criança, vejamos qual a importância que lhe é dada pelo Grupo: «a criança neste Grupo é a razão de ser do próprio Grupo. Por conseguinte, depois das crianças, os jovens, os adultos, terão aqui o seu lugar; todos poderão colaborar em qualquer manifestação de arte ou cultura, mas na razão seguinte: a criança tem aqui a sua prioridade. Pretendemos interessar a criança em todos os capítulos, vamos criar aqui uma secção de pintura, escultura, música, de modo a que a criança se interesse em todas as artes possíveis que estejam ao acesso deste Grupo. A dificuldade surge-nos devido a que vivemos dos associados e da sua quotização. Esta é baixa, pois não podia ser alta para o fim a que nos propusemos. Qual é, pois, essa quotização? «As crianças até à idade dos 11 anos usufruem de todos os benefícios desta casa; a partir dos 12 anos até aos dezoito pagam uma quota facultativa. Não importa a quantia pois é um quantitativo simbólico. Dos 18 anos em diante, pagam uma quota que é fixada em 7\$50 por mês. Ora o grupo tem presentemente cerca de 500 sócios, dos quais 150 são crianças; como vê é muito pouco para se poder fazer alguma coisa...»

Debatendo-se com bastantes dificuldades económicas, não tiveram ainda apoio das entidades competentes.

UMA IDEIA SOBRE CINEMA

Uma outra iniciativa cultural do Grupo, será o cinema: «...não cinema a metro, mas sim cinema de carácter cultural. Pretendemos dar filmes e debatê-los. Acontece que, neste campo, temos deparado com inúmeros problemas: desde a falta de máquinas, até ao empréstimo de filmes, cujo aluguer é demasiado caro para as nossas forças, ou porque os filmes comerciais bons são difíceis de arranjar, ou porque certos partidos monopolizam os bons filmes. Neste momento não estamos a passar filmes, apesar de os procurarmos em vários sítios, inclusivamente junto de Embaixadas».

DEMOCRACIA POPULAR

Pretendendo ser partidária, seguindo uma linha de democracia directa, inquirimos da contrapartida que vão tendo, da parte das pessoas, isto é, qual a participação das pessoas nos trabalhos do Grupo: «Nota-se ainda neste período inicial em que nos encontramos, uma certa dificuldade de participação de todos os sócios na vida colectiva, nomeadamente nos Plenários... No entanto os frutos já colhidos, dizem-nos que esta tendência actual tende a desaparecer com o tempo e a persistência dos mais conscientes».

Ainda outras iniciativas do Grupo: posto médico: «fazer um posto médico, na medida em que muitos dos sócios são estudantes de medicina e um é médico. Temos já uma dependência destinada para tal; biblioteca: «por enquanto ainda é bastante reduzida — temos livros oferecidos e outros comprados. Temos tentado a criação de verbas para livros através de recolha de fundos; houve também contactos com editoras às quais propusemos a criação de bancas de livros que serão vendidos a um preço mais baixo do que aquele pelo qual as pessoas compram na rua; está em vistas também a realização de sorteios de livros para angariação de fundos para a biblioteca; atletismo: «Logo de início levou-se as pessoas a interessarem-se pelo atletismo. Foi um grande incentivo para os miúdos que começariam por ser à volta de 10, e passaram logo a 15 ou 20 — uma das coisas que mais contribuiu para esse incentivo foi um terceiro lugar no salto em altura, categoria de iniciados, conseguido por uma miúda que nunca tinha saltado e que levamos às provas em Lisboa». ...«Houve também uma exposição de trabalhos dos sócios, trabalhos esses sujeitos a um prémio; o juiz era

o público que foi ver a exposição». Para além disto ainda estão em perspectiva cursos de línguas e cursos de apoio a estudantes.

Banir o egoísmo e o individualismo! Abertura a todas as idéias e iniciativas e apoio a outros grupos com dificuldades! Contactos com outras colectividades: «Tivemos um debate sobre as colectividades aqui há algum tempo, sobre os problemas com que todas se debatem. Sucede que mandamos convites a todas elas (67) e só cá apareceram 2 ou 3 — mostra bem a falta de interesse que as pessoas da generalidade das colectividades têm por novos contactos, por uma colaboração nos trabalhos! Digamos mesmo que existe uma certa rivalidade entre as várias colectividades de cultura e recreio, rivalidade essa que as deixa bastante isoladas, sem colaboração mútua. Houve uma vez a ideia de criar um jornal das colectividades de Almada, mas nunca se fez nada de concreto. Tentou-se ainda formar um centro cultural das várias colectividades do Concelho. Para tal fizeram-se reuniões na Câmara às quais, nós, apesar de termos bastante trabalho em mãos, éramos os que lá aparecíamos mais assiduamente».

UM EXEMPLO A SEGUIR

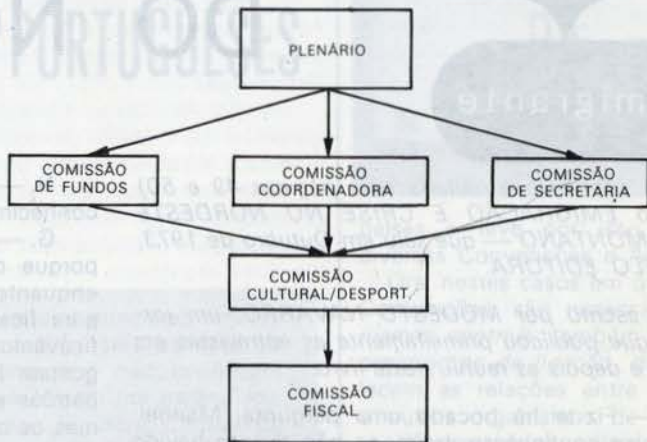
Procurando incentivar mais ainda todos os sócios na participação dos trabalhos da colectividade, é publicado um Boletim de Informação e Cultura: «*Horizonte*» foi o título que escolhemos para este órgão de informação e cultura. E o *Horizonte* a que nos referimos é exactamente aquele que surgiu com o 25 de Abril e é nele que temos de concentrar toda a nossa atenção e trabalho, no sentido de reconstruirmos o que o fascismo mutilou e defendermos a única cultura legítima — a cultura popular». A responsabilidade da publicação do boletim é da Comissão Cultural do Grupo: isto não significa «que a referida comissão seja a proprietária deste boletim. Esta publicação é pertença dos associados que nele devem participar, enviando artigos, ou ajudando à sua elaboração».

Virados para a criança, procuram, no entanto, dar abertura a toda a gente, inclusivamente, como já foi dito, a outros grupos que estejam interessados em tal.

«A cultura popular precisa de ti!»; «queremos enveredar por um desporto de massas, tão necessário a todos, especialmente às crianças...» — apelos de uma colectividade diferente, que poderá (deverá) servir de exemplo para que muitas mais apareçam neste país e até mesmo, não só dentro de Portugal, como também nas comunidades de portugueses por esse mundo fora!

MÉTODO DE GESTÃO DO G. D. C. A.

O quadro que reproduzimos traduz o funcionamento do novo sistema de gestão do G. D. C. A. Seguidamente, a explicação da constituição e atribuições dos órgãos nele representados.



A — PLENÁRIO

- 1 — O plenário é o órgão máximo da colectividade, sendo constituído por todos os associados.
- 2 — O plenário é realizado mensalmente.

B — COMISSÃO COORDENADORA

- 1 — É constituída por 7 elementos de cada Comissão e o tesoureiro (elemento consultivo). Os dois elementos de cada Comissão serão rotativos.
- 2 — Têm funções coordenadoras, sem carácter deliberativo e compete-lhe:
 - a) Efectuar relatório das actividades.
 - b) Presidir aos plenários e elaborar a respectiva Ordem de Trabalhos.
 - c) Convocar sempre que necessário, reuniões intercomissões.
- 3 — As suas reuniões serão quinzenais.

C — COMISSÃO FISCAL

- 1 — É constituída por um número mínimo de dois elementos.
- 2 — Compete-lhe dar o parecer e assinar os balancetes mensais da Comissão de Secretaria.

D — COMISSÕES DE SECRETARIA

- 1 — É constituída por 5 elementos e o tesoureiro.
- 2 — Compete-lhe assegurar o regular funcionamento da secretaria.

E — COMISSÃO CULTURAL E DESPORTIVA

- 1 — É constituída por um número ilimitado de elementos que voluntariamente se ofereçam para trabalhar.
- 2 — Compete-lhe assegurar o desenvolvimento cultural e desportivo.

F — COMISSÃO DE FUNDOS

- 1 — É constituída por um número ilimitado de elementos que voluntariamente se ofereçam para trabalhar.
- 2 — Compete-lhe a angariação de fundos e a gerência do Bar.

entrevista

emigrante

EMIGRANTES DO NORDESTE

Esta entrevista é retirada (das páginas 49 e 50) do livro EMIGRAÇÃO E CRISE NO NORDESTE TRANSMONTANO — que saiu em Outubro de 1973, na PRELO EDITORA.

Foi escrito por MODESTO NAVARRO, um jornalista que publicou primeiramente as entrevistas em Jornais e depois as reuniu neste livro.

N. — Fiz-te há bocado uma pergunta, Manuel: se a coisa continuasse assim, se não tivesse havido emigração, a malta estaria hoje a ganhar menos, estaria a passar mais necessidades? Tu achas que a malta tinha paciência para aturar essa situação?

M. — Eu acho que não.

G. — Éramos obrigados.

N. — Tu achas que éramos obrigados, Guilherme?

G. — Sim, éramos obrigados.

N. — Obrigados por quem?

G. — Porque não tínhamos facilidades de termos outro nível de vida.

N. — E não podíamos fazer mesmo nada por isso?

G. — O que é que nós havíamos de fazer? Nós não temos as forças.

N. — Não temos?

G. — Pois não, porque aqui no nosso país não podemos abrir tão pouco os olhos. Em França fazem greves e fazem outras coisas, e vai a polícia não pode dizer nada a ninguém. E aqui em Portugal, se por exemplo quiserem fazer uma greve ou qualquer coisa, prendem logo a gente, ou batem ou matam. E quando na França, nós os estrangeiros temos mais liberdade lá do que propriamente aqui no nosso país.

M. — Na nossa terra nós somos uns criados mandados.

G. — Pois somos. Quando é na França, somos estrangeiros sim, mas aí dos franceses que viessem aqui fazer o que nós fazemos lá. Até às tantas da noite, passamos pela polícia, entramos nos cafés, cantamos e andamos por lá e essa coisa toda e a polícia não nos diz nada. Quando aqui no nosso país já não podíamos fazer isso.

N. — Já alguma vez tomaste parte ou tiveste conhecimento numa greve em França?

G. — Já tive. Foi em Agosto. Fizeram uma greve porque os franceses queriam trabalhar só 8 horas, enquanto nós os portugueses, se o chefe nos dizia para ficar a trabalhar mais uma hora ou duas, nós ficávamos. É por isso que os obreiros franceses não gostam lá dos portugueses. É só por isso. Sim, os patrões e os chefes gostam muito dos portugueses, mas os obreiros não gostam dos portugueses porque vão para lá, querem trabalhar muito e sujeitam-se ao que calha.

N. — Tu pensas que este nosso feitio de humildade, de nos baixarmos e de aceitarmos as condições dos patrões, está certo?

G. — Aqui em Portugal?

N. — Aqui em Portugal ou na França, ou em qualquer parte.

G. — Não, não encontro justo. Acho que todos devíamos puxar os nossos direitos como lá se puxa. Lá, se nós os estrangeiros não estivermos contentes com o patrão, pedimos a conta e ao fim de um dia ou dois temos dois ou três patrões. Ou quatro ou cinco até, porque por vezes andamos a trabalhar no nosso patrão e vai lá outro chefe ou patrão mandar mais dinheiro, para irmos trabalhar para ele. Em França há sempre facilidade de arranjar trabalho.

N. — Por que é que tu achas que os franceses puxam mais pelos seus direitos que os portugueses?

G. — Puxam porque os franceses não querem trabalhar muito para os capitalistas. Porque têm mais coisas que nós temos aqui. Os franceses só precisam de o ganhar de dia e comê-lo à noite; se se encontram doentes têm o seguro, ganham mais de metade do dia; se ganham 50 francos novos, que é aqui 250 escudos ou 300 escudos, por dia, encontram-se doentes, têm mais de metade disso e têm remédios de graça, têm médico, têm tudo. E aqui, se nós nos encontrarmos doentes, se ficarmos em casa, não temos nada. Lá, por qualquer coisa, por exemplo dói-nos a cabeça, se não nos apetercer trabalhar vamos ao médico e não trabalhos. E ganhamos metade do ordenado. E aqui já não é assim.

CAIXA DOS TRABALHADORES MIGRANTES

AO SERVIÇO

DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

NO ESTRANGEIRO

Embora a segurança social constitua um dos principais direitos dos trabalhadores e, tanto ou mais que o salário, seja garantia de uma vida digna, ainda há muitos emigrantes que não conhecem os seus direitos de segurança social nem se esforçam por garanti-los.

Conscientes desse facto e sabendo que a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes (C.C.S.S.T.M.) é o organismo que em Portugal tem o encargo de superintender na aplicação e defesa desses direitos dos emigrantes, deslocámo-nos

Caixa Central e junto de alguns dirigentes, com particular relevo para o seu presidente — Dr. Victor Melícias — recolhemos os seguintes esclarecimentos que consideramos da maior utilidade para os nossos leitores.

— Muitos dos nossos leitores não conhecem a Caixa Central dos Trabalhadores Migrantes. Pode dizer-nos, em breves palavras, o que é esta Caixa?

— A Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, que algumas pessoas abreviadamente chamam só *Caixa Central* ou *Caixa dos Migrantes* (e mesmo, erradamente, *Caixa dos Emigrantes*) é o organismo português encarregado de garantir a aplicação das Convenções e Acordos que Portugal assinou com outros países em matéria de segurança social.

Como sabe, os direitos de segurança social (abonos de família, pensões, subsídios de doença e maternidade, assistência médica e medicamentosa, etc.) são garantidos e aplicados em cada país por determinados organismos ou instituições, que recebem os descontos dos trabalhadores e verificam quem tem direito a esses benefícios e os prestam quando for caso disso.

Em Portugal, esses organismos têm o nome de *Caixas*. Uma são para todo o país, como a Caixa Nacional de Pensões, outras são distritais, como as Caixas de Previdência e Abono de Família. Essas Caixas têm o encargo de verificar quando é que um trabalhador ou seus familiares têm direito aos benefícios de segurança social e, nesses casos têm obrigação de os pagar.

— E que sucede quando um trabalhador emigra?

— Quando um trabalhador emigra de um país para outro não deve perder os seus direitos ao abono, à reforma, à assistência médica e aos outros benefícios de segurança social. Por isso, ou cada país garante directamente esses direitos ou, então, o país donde ele sai e o país para onde emigra fazem *Acordos e Convenções Internacionais* sobre a maneira de eles serem garantidos.

É o caso, por exemplo, de Portugal, que tem emigrantes em vários

países e teve por isso, de fazer diversas Convenções e Acordos.

Ora, nestes casos em que existem Convenções, são necessários *organismos centrais*, também chamados *organismos de ligação*, que estabelecem as relações entre as Caixas e outros organismos de segurança social dos vários países para que os direitos dos trabalhadores migrantes e das suas famílias não sejam prejudicados, mas sejam aplicados correctamente e sem grandes demoras.

Deste modo, a Caixa dos Migrantes funciona como organismo *Central* para garantir que os emigrantes, quando saíem de Portugal, não percam os direitos que adquiriram cá e, quando regressam do estrangeiro, não percam os que adquiriram lá fora.

— Então, isso quer dizer que a Caixa Central não é propriamente uma Caixa de Previdência...

— Exactamente. Apesar de ter o nome de Caixa, é um organismo central de ligação, que tem por finalidade assegurar a aplicação das tais Convenções e Acordos de segurança social assinados pelo nosso País.

— E são muitas essas Convenções?

— Até este momento, Portugal celebrou Convenções e Acordos de Segurança Social com 10 países: Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Estados Unidos e Suíça. Neste último caso, embora já esteja



CAIXA CENTRAL
DE SEGURANÇA SOCIAL
DOS TRABALHADORES MIGRANTES

RUA
DA
JUNQUEIRA

assinada, a convenção só deve entrar em vigor dentro de alguns meses. Além destas, estão já pedidas negociações para uma Convenção com a Suécia e foram estabelecidos contactos preliminares com a Venezuela e a Inglaterra.

— E como é que a Caixa Central intervém na aplicação dessas Convenções e na defesa dos direitos de segurança social dos Trabalhadores Migrantes?

— Em primeiro lugar, dando assistência técnica às entidades portuguesas responsáveis pela execução das Convenções e Acordos internacionais e assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pelas autoridades administrativas portuguesas.

Em segundo lugar, intervindo na concessão ou pagamento de prestações devidas ao abrigo de algumas Convenções e Acordos e passando certos atestados e formulários nelas previstos.

Além disso, a Caixa Central ocupa-se ainda, nalguns casos, de comprovar os direitos referentes a pensões (de reforma, invalidez, sobrevivência...) e abonos de família e, finalmente, servindo de organismo coordenador no referente a assistência médica e medicamentosa aos familiares dos emigrantes que residem em Portugal e aos próprios emigrantes quando cá vêm em deslocação temporária.

— Mas esses serviços não são feitos pelas Caixas distritais de Previdência ou pelas Juntas de Freguesia?

— Não. As Caixas distritais asseguram a concessão de assistência médica e medicamentosa (incluindo internamento hospitalar) aos emigrantes e seus familiares através dos Serviços Médicos da Previdência. Esta assistência é prestada pela previdência portuguesa, mas a cargo dos organismos estrangeiros, que depois reembolsam as nossas Caixas.

— E são muitos os emigrantes que se dirigem à Caixa Central ou recorrem aos seus serviços?

— A Caixa entrou em funcionamento há dez anos. Mais precisamente em 1 de Janeiro de 1966: primeiro na Avenida de Berna e, a partir de Julho de 1973, no n.º 112 da Rua da Junqueira.

Durante este período organizou cerca de 350 000 processos referentes a emigrantes residentes em países com os quais existe Convenção ou Acordo.

Além dos casos atendidos pelo correio e que atingem a média de 30 000 por mês, recebemos aqui no Serviço Informativo da Caixa cerca de uma centena de pessoas por dia.

Contudo ainda há muito a fazer. Por engano ou falta de conhecimento, ainda há emigrantes que escrevem para a Secretaria de Estado da Emigração, para o Ministério dos Estrangeiros, para o Ministério do Trabalho e até para a Presidência da República ou mesmo para a Assembleia para tratarem de assuntos de segurança social.

Outros nem sequer escrevem. Ou porque antes querem perder direitos do que ter «a maçada» de se informarem e preencherem os necessários papéis. Ou por julgarem, aliás sem razão, que, por terem emigrado clandestinamente, não podem beneficiar dos direitos previstos nas Con-

venções e Acordos de segurança social.

Ora isto não é verdade. E, portanto, o que seria necessário para bem dos emigrantes e do país em geral é que tanto eles como os seus familiares se habituassem a expor as suas dúvidas, sem qualquer receio, para a Caixa Central.

O 112 da Rua da Junqueira é um endereço que cada um deles devia trazer no bolso e na ponta da caneta.

A Caixa é um serviço público. Não faz favor nenhum em dar todos os esclarecimentos e atender todas as justas pretensões. Aliás, nem outra coisa pretende.

— Portanto, a Caixa Central e a Secretaria de Estado da Emigração tem objectivos diferentes...

— Com certeza. A Secretaria de Estado da Emigração, que faz parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, trata dos contratos de trabalho, das inspecções médicas dos passaportes, da informação geral aos emigrantes e das condições de vida, de trabalho, habitação, cultura e outras relacionadas com os vários aspectos da vida dos trabalhadores nos países para onde emigram.

A Caixa Central, que faz parte do Ministério dos Assuntos Sociais, trata de tudo o que se refere à chamada segurança social: abonos, pensões, subsídios, assistência médica, etc. Numa palavra, aquilo que as Caixas de Previdência tratam para os residentes em Portugal, trata a Caixa Central para os portugueses residentes no estrangeiro (em relação aos seus familiares residentes em Portugal e aos próprios emigrantes quando regressam temporária ou definitivamente ao nosso país).

O facto de algumas pessoas confundirem os dois organismos só ocasiona demoras e complicações.

Por vezes, ainda há pessoas que

se dirigem à Caixa Central como se fosse a **Junta da Emigração**. Ora esse organismo já desapareceu há muito. Também era aqui na Rua da Junqueira, mas as suas funções eram totalmente diferentes.

— **Do subsídio de desemprego? Se um emigrante regressar a Portugal em situação de desemprego, quem é que o apoia? Também é a Caixa Central?**

— Não. Neste caso específico, quem está encarregado de prover ao subsídio de desemprego é o IARN (Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais). Mas é preciso esclarecer que apenas são atingidos por este benefício os portugueses retornados das antigas colónias e os retornados da emigração depois de Fevereiro de 1975.

— **Que outros tipos de apoios realiza a Caixa Central?**

— Além das suas actividades de organismo de ligação, a Caixa dos Migrantes geralmente participa nos contactos prévios e na negociação das Convenções e Acordos Internacionais de segurança social e, nalguns casos, como por exemplo quanto ao Brasil e ao Luxemburgo,

serve mesmo de intermediário no pagamento das pensões e abonos.

Além disso, tem importantes funções de informação sobre segurança social, editando e divulgando publicações, guias, folhas informativas e prestando esclarecimentos na rádio, na imprensa e mesmo directamente aos migrantes: nas fronteiras, nas suas terras e até nos países onde trabalham.

— **Diga-nos, para terminar: Quais são as principais dificuldades que a Caixa encontra nesta sua acção?**

— Além do facto já atrás referido de muitos emigrantes se dirigirem à Secretaria de Estado da Emigração ou a outros organismos em vez de o fazerem directamente para a Caixa Central, a principal dificuldade reside na identificação dos trabalhadores e seus familiares (que ou têm nomes muito semelhantes ou não fornecem suficientes elementos de identificação).

Tudo seria mais fácil e muito mais rápido se os trabalhadores quando se dirigem à Caixa Central indicassem sempre e correctamente o seu nome completo, a data de

CAIXA CENTRAL
DE SEGURANÇA SOCIAL
DOS TRABALHADORES MIGRANTES

RUA
DA
JUNQUEIRA

nascimento e, quando saibam, o número do seu processo ou *número T. M. (trabalhador migrante)*, como vulgarmente dizemos.

Convenções e Acordos Internacionais de Segurança Social

Assinados por Portugal:

- Alemanha
- Argentina
- Bélgica
- Brasil
- Espanha
- França
- Holanda
- Luxemburgo
- Suíça *
- USA

* Ainda não está em vigor.

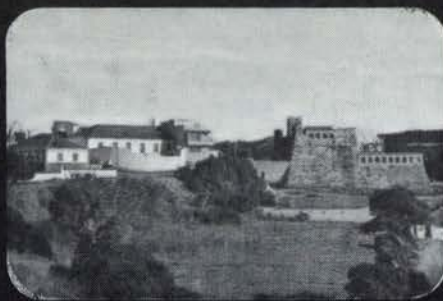
Caixa Central
de Segurança Social
dos Trabalhadores Migrantes
(C.C.S.S.T.M.)

Os trabalhadores são atendidos:

- De Segunda a Sexta-Feira das 9 às 17 horas.
- Endereço: Rua da Junqueira, 112 — Lisboa-3 (junto à Feira das Indústrias).
- Telefones: 64 52 81/7



pelas nossas terras



A EXCEPÇÃO QUE QUEREMOS REGRA

Como toda a sociedade humana, todo o recanto urbano ou rural deste País que somos, conhece a sua regra quotidiana, a rotina imposta pela necessidade de manter o equilíbrio essencial à vida. É a regra que marca o ritmo da vida social, económica e cultural das populações do interior, afastadas desse artificial buliço das grandes urbes que se julgam o centro do mundo.

A regra é muitas vezes «o não te rales», mas ela também desperta, por imprescindível à natureza humana, a sua contrária: a *excepção*.

É essa *excepção*, essa espécie de manta de retalhos que se espalha por todo o Portugal das vilas e aldeias do interior, é por vezes a epopeia humilde de um gesto, de uma dádiva do humano em prol do seu semelhante, a obra colectiva levada a cabo pelas populações esquecidas pela capital. Essa a *excepção* de que falamos, essa a *excepção* que queríamos fosse a regra duma sociedade mais humana e mais justa.

Dessas *excepções* dão-nos os jornais regionais notícias dispersas; deles as colhemos como ramalhete de exemplos e de incentivo a seguir, mas também como parte integrante dos sentimentos mais nobres que no seio do Povo não cessam de despontar. A nosso ver é preciso que se conheçam estas *excepções*, para que pelo exemplo elas se tornem *regras* comuns!

VILA REAL (Cruz Branca)

A população desta localidade viu desfilar, com entusiasmo e agrado, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública de Vila Real, exibindo uma nova «Land-Rover» equipada com potente bomba acoplada, tanque de água com capacidade para 700 litros, para além da sua capacidade no que respeita a todo e qualquer terreno.

A «Land-Rover» foi oferta do benemérito Sr. Armando da Conceição, assim como da Inspecção de Incêndios. O desfile, acompanhado pela fanfara dos Bombeiros Voluntários, era saudado à sua passagem pela população.

GUIMARÃES

Da última reunião da Comissão Administrativa do Município vimarense, foram tornadas públicas algumas deliberações, das quais se salientam:

- solicitar orçamento para abertura do caminho de acesso à escola de Gonça, para o qual os proprietários colocaram os terrenos à disposição;
- solicitar orçamento para electrificação do lugar das Fontainhas na freguesia de Caldelas;
- aceitar a comparticipação dos moradores do Salgueiral — 100 contos — para a execução dos trabalhos de ligação da Cruz de Pedra ao Salgueiral, que a Câmara executará por administração directa;

— adjudicar a empreitada da obra de reforço do abastecimento de água a Guimarães (armazenamento e distribuição), primeira fase, pela importância 23 292 060 contos.

VILA VELHA DE RÓDÃO

A Câmara Municipal desta localidade realizou concurso público, com base de licitação de 5 035 872,80 para a empreitada de construção da ponte sobre o rio Ocreza e seus acessos no Caminho Municipal n.º 1355, entre Foz do Cobre e Sobral Fernando.

A nova ponte é uma velha aspiração dos concelhos de Proença-a-Nova e Vila Velha de Rodão. A ponte a construir terá o comprimento total de 80 metros e a largura de plataforma de 7,50 metros, compreendendo uma faixa de rodagem de 5 metros e dois passeios laterais de 0,75 metros de largura cada. A ponte irá da margem esquerda, lado da Foz do Cobre, à margem direita do rio, lado de Sobral Fernando.

AÇORES E MADEIRA

A Radiodifusão Portuguesa no arquipélago da Madeira iniciou um novo sistema de informação à população local, passando a fazer os vários noticiários do dia de uma redacção que passa a funcionar no Funchal, com autonomia própria. Esta medida, que entrou em vigor recentemente, enquadra-se no previsto pelo Estatuto de Radiodifusão Portuguesa que visa promover a progressiva regionalização da Rádio em Portugal.

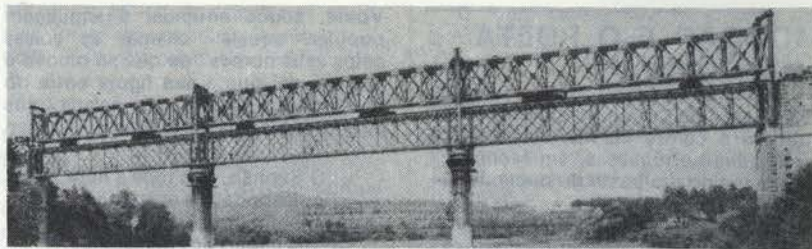
Em relação aos Açores este tipo de alteração noticiosa já foi introduzido há alguns meses estando a R.D.P. a funcionar com uma redacção local e orientação própria de acordo com os interesses do arquipélago.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Na intenção de corresponder ao bom acolhimento que diversas comunidades de emigrantes se propuseram a dispensar à campanha lançada para a aquisição de uma ambulância, denominada «Emigrante», a associação local dos Bombeiros Voluntários decidiu que todos os serviços de transporte de doentes ou sinistrados — a prestar no decorrer deste ano a emigrantes algarvios — seja feito a título gratuito.

PONTE SOBRE O CÁVADO

A ponte do Cávado foi aberta ao tráfego no remoto ano de 1877. Localizada perto de Barcelos na linha do Minho, é uma ponte metálica de três tramos, com a extensão total de 132 metros, transpondo o rio Cávado antes da estação de Barcelos. Esta obra que, no seu tempo, poderia ser considerada de alta técnica, viu as suas estruturas antiquadas, nos últimos anos, para a previsão de cargas tidas como «muito agressivas» do tráfego actual. Assim, já em 1926 o seu reforço tinha sido encarado e, até, a sua eventual substituição. Porém segundo somos levados a crer, tudo teria ficado por aí, nesse ano de 1926.



Hoje, em plena modernização dos Caminhos de Ferro e, especialmente, da sua linha do Minho, a ponte do Cávado vai sofrer modificações substanciais, caracterizando-se estas, pela nota relevante em que é tida a capacidade técnica da SOREFAME, à qual foi adjudicada a obra.

Será pois a SOREFAME que se responsabilizará pela execução integral do projecto, fabrico e montagem da nova ponte. Para manter a permanência das estruturas, assim como a contínua circulação dos comboios, durante todas as fases dos trabalhos, a empresa concebeu um plano de montagem que prima por ser um primeiro do género a levar à prática entre nós: segundo

este original plano da técnica portuguesa, tornar-se-á possível movimentar verticalmente a ponte, cujo peso é de cerca de 400 toneladas e 132 m de comprimento. Deste modo, o tráfego ferroviário, será interrompido somente por seis dias, ao contrário do que normalmente poderia acontecer. A delicadeza das diversas operações a executar para esta difícil «manobra» da técnica estão calculadas até ao mais ínfimo pormenor. A decorrer normalmente a operação, na sua globalidade, figurará nos anais da técnica portuguesa como sua coroa de glória, pois será a primeira vez que técnicos e operários movimentam, na vertical, estruturas com tal peso e extensão.

PAREDES DE COURA

O Ministério dos Assuntos Sociais, por decreto publicado no «Diário da República» de 19 de Maio, criou o Hospital Psiquiátrico de Paredes de Coura. Este Hospital fica integrado no Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo, passando a funcionar no edifício do antigo Sanatório do Presidente Carmona.

Dadas as necessidades de internamento do foro psiquiátrico na área abrangida pelo Centro de Saúde Mental de Viana do Castelo, esta medida justificava-se plenamente. A transferência deste sanatório para os recém-criados serviços de psiquiatria é feita ao abrigo do Decreto-Lei n.º 260/75 de 26 de Maio do ano passado. Este Decreto-Lei considera que os serviços do antigo Instituto Nacional aos Tuberculosos transitam para o Hospital Psiquiátrico.



MORREU FERNANDO ONETO

Vítimado por um ataque cardíaco, faleceu Fernando Oneto, destacado lutador antifascista (antigo militante da LUAR, e pouco depois do 25 de Abril nas fileiras do Partido Socialista), e que à altura da sua morte, desempenhava as funções de administrador do «Diário de Notícias».

Tendo pertencido à Comissão de Extinção da PIDE/DGS-LP logo que este organismo foi criado, Fernando Oneto foi alvo de duas buscas à sua residência, ordenadas pela actual Comissão de Extin-

ção, por existir uma denúncia segunda a qual teria em sua casa armas de ex-pides.

No seu funeral incorporaram-se milhares de pessoas numa grande manifestação de apoio à pessoa e aos ideais de luta que seguiu: oposição frontal à criação de uma nova polícia política. A Liga Portuguesa dos Direitos do Homem denunciou a «situação criada em seu redor, na sua actuação como elemento da Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS», e reclamou uma ampla clarificação da opinião pública sobre o assunto.

MONÇÃO E O POETA JOÃO VERDE

No Largo do Loreto, naqueles largos que são o centro do mundo para as localidades portuguesas, em Monção, vai ser erigido um busto do poeta João Verde.

Simple funcionário administrativo João Verde, de seu nome próprio José Rodrigues Vale, foi para as terras e gentes do alto-Minho e Galiza, o cronista simples e directo, como directas e simples foram as falas do povo trabalhador, nesse remoto princípio do século XX.

"Meu pobre cantar vivi-o,
Naturalmente no lar...
Tem a alegria forçada
D'este rincão do alto-Minho
E a nostalgia doirada
Da Galiza abandonada..."

As figuras que a sua poesia eternizou os hábitos e costumes dos dois povos português e galego, irmanados por tantas tradições históricas, por ancestrais vínculos que a lida dos campos imprime, testemunham de como João

Verde, soube entender a linguagem popular, aquele "chamar as coisas pelos seus nomes" de que só o povo é mestre, daí que a sua figura entre no património histórico, na galeria, dos poetas populares portugueses:

"O Syphão, que toda a hora
Por insondáveis mystérios
Transfere o suor da lavoura
P'ros papeis dos ministérios."

João Verde foi a voz, que então se não calou, do lavrador do Minho, do lavrador que lutava contra os assaltos da contribuição predial, da contribuição de juros, da sumptuária, do real d'água e de tantas outras contribuições que asoberbavam o camponês pobre das terras do Minho. Por isso, melhor que ninguém, compreendia o poeta e interpretava a frio, o êxodo dos campos, a emigração massiva que então lavrou sulcos de despovoamento no norte do País. Que ficaria no Minho, triturado pela desorganização económica?

"Ficou por'hi meio cento
De braços e pouco mais
....."

E, se de lá longe, chegavam cartas do emigrante, a dura e impiedosa realidade da aldeia povoada de velhos e crianças analfabetas, como respondia?

"Por isso, cartas, saudades,
Que vindes vós cá fazer?
Andam de luto as herdades,
Já ninguém vos sabe ler."

Desse mundo minhoto em que João Verde viveu, está pejada a sua pequena mas significativa obra.

Por isso, Monção, torrão natal do poeta, irá fazer com que desponte no Largo do Loreto, um busto que o recorde, uma homenagem carregada de sentido histórico a um poeta popular que serviu a terra e o povo que a habita.

JOÃO VERDE

Bibliografia

MUSA MINHOTA — Porto, 1887.
N'ALDEIRA — Viana do Castelo, 1890.
ARES DA RAYA — Vigo, 1902.



FESTAS EM HONRA DE SANTA JOANA PRINCESA

No dia 16 de Maio, foi feriado municipal em Aveiro, conjugando-se esse feriado com as festas em honra de Santa Joana Princesa, padroeira da cidade, morta em 12 de Maio de 1490.

Da História retiramos a biografia que a lenda e a crença popular fizeram da Princesa Santa Joana, uma figura lendária.

Filha de D. Afonso V, a princesa Joana recebeu desde tenra idade uma educação esmerada, humanística, sobretudo a cargo de dois letrados ilustres da época, Cataldo Áquila e Parisio Sículo. Ausentando-se o rei e o príncipe para «acometer» Arzila, ficou o reino de Portugal sob a regência da infanta, princesa Joana, tal o conceito de moderada e culta que a sua figura granjeava. Dez dias depois, chega o rei vitorioso, esperando-o a capital do reino festivamente engalanada. A princesa, segundo reza o «Memorial» da época, foi receber seu pai. «E mui guarnecida e aposta coberta de muita graça e formosura». Nas biografias e demais escritos que foram deixados pelos cronistas do reino, Rui de Pina e Damião de Góis, narram-se os acontecimentos singulares que decidiram da vida de convento que a princesa abraçou.

A princesa sugeriu ao monarca, Afonso V, que a oferecesse a Deus como tributo da vitória alcançada, pedindo-lhe licença para entrar num mosteiro da sua escolha. Assim, entra D. Joana no Convento de Odivelas, desfazendo-se de toda a sumptuosidade da vida da corte. Mais tarde, no ano de 1475 reunem-se por mandato régio, em Lisboa, todos os procuradores das cidades e vilas do reino que advertiam D. Afonso V que não devia deixar sua filha entrar em convento, mas sim

TOMAR

A Imprensa regional teve o seu primeiro encontro em Tomar, nos dias 28 e 30 de Maio. Reunindo cerca de 1200 pessoas em representação de 137 jornais regionais, este Encontro Nacional da Imprensa Regional, teve como nota predominante a discussão dos problemas que afectam esta imprensa que representa 6 milhões de exemplares publicados mensalmente.

A crise do papel, como vulgarmente é conhecida a carência de stocks desta matéria prima no mercado, as elevadas taxas dos CTT e a obrigatoriedade de cintagem, actualmente suspensa, etc., a que se soma determinada deficiência a nível profissional, nomeadamente a dificuldade para aquisição de carteira profissional aos cola-

boradores principais dos jornais regionais, foram algumas das questões debatidas neste Encontro Nacional.

As Associações de Bombeiros Voluntários, talvez porque mais ligadas à vida das diversas regiões do País onde trabalham e actuam, talvez porque como os jornais regionais sintam a necessidade desses elos de ligação escrita espalhados de norte a sul deste País, reunidos em Tomar, também enviaram uma saudação ao Encontro Nacional, saudação que destacamos:

LEIRIA

Mão criminosa, ao que se julga, segundo o consenso popular, estará na origem da deflagração de um violento incêndio registado entre o aglomerado florestal que se estende desde Leiria à Figueira da Foz.

O fogo, teve a sua localização na povoação de Leirosa, consumindo as chamas uma área de alguns quilómetros.

Participaram no combate ao sinistro, que só foi debelado após trinta horas de porfiados esforços, as corporações de bombeiros de Vieira de Leiria, Pombal, Marinha Grande, Figueira da Foz, os privativos da Celulose Celbi, elementos do Regimento de Artilharia de Leiria, dos Serviços Florestais e, ainda centenas de populares.

A zona mais afectada pelo incêndio, que chegou a ter uma frente de dez quilómetros, foi a povoação de Leirosa e a conhecida mata do Urso, tendo ardido milhares de pinheiros e mato rasteiro.

Os prejuízos são elevados, sendo de referir que, durante a sua atitude abnegada de dar combate ao sinistro, alguns bombeiros tiveram de receber tratamento no Hospital de Leiria devido a intoxicação.

dispondo-se a casar como ao reino convinha. Ainda uma segunda vez, nas Cortes de Évora, em 1475 o mesmo protesto foi levantado, mas era demasiado tarde, a princesa tinha entrado no Mosteiro de Jesus em Aveiro, onde acabava de tomar hábito.

A piedosa vida da princesa, entretanto, era conhecida da população da cidade de Aveiro, onde a sua fraternidade para com os pobres e mendigos alcançava, junto à sua renúncia pelas coisas da corte e da política, aspectos singulares. Santa Joana Princesa, recusara-se a abandonar o convento, perante as promessas de casamento que o reino lhe impunha; promessas de casamento a que a sua beleza e obstinada recusa, davam uma nota particular de castidade e sacrifício invulgares na época, pois eram muitos os pretendentes entre os monarcas mais ilustres, dos reinos mais ricos e prósperos da Europa: Carlos, o Temerário, duque de Borgonha; Francisco II da Bretanha; Maximilano da Alemanha; Reinaldo II; Ricardo III de Inglaterra.

Simbolizando esta permanente atitude da princesa, a iconografia de D. Joana, mostra-a sobranceira, como que desprezando, três coroas reais, e exaltando o brasão da sua escolha: a coroa de espinhos de Cristo.

A vida e clausura exemplar da princesa, no ano de 1756, a 17 de Março, foi beneficiada pelo Papa Bento XIV que, ouvindo pertinente exposição e parecer da então Sagrada Congregação dos Ritos, a canonizou com o nome de Santa Joana Princesa.

A lenda e o romantismo popular que envolveram e envolvem a história da princesa, conferem um cunho romântico e religioso às festas da padroeira da cidade de Aveiro que, este ano, celebrou o aniversário da sua morte.



Chafariz Neptuno (Aveiro).

Saio todas as manhãs, cedinho, e quase todas as noites, pela tarde, a passear o meu elefante. E digo-lhe: «— Bibi, caminha devagar e não te preocupes com os basbaques». E ele não se preocupa. E se alguns basbaques ficam, súbita e irremediavelmente com os pés chatos, é porque adquiriram o hábito de se deterem demasiado no mesmo sítio. Os elefantes possuem vista, justamente porque, ao contrário de certos tubarões, têm mais tromba do que barriga. Ouvem pessimamente. Mesmo o que lhes convém.

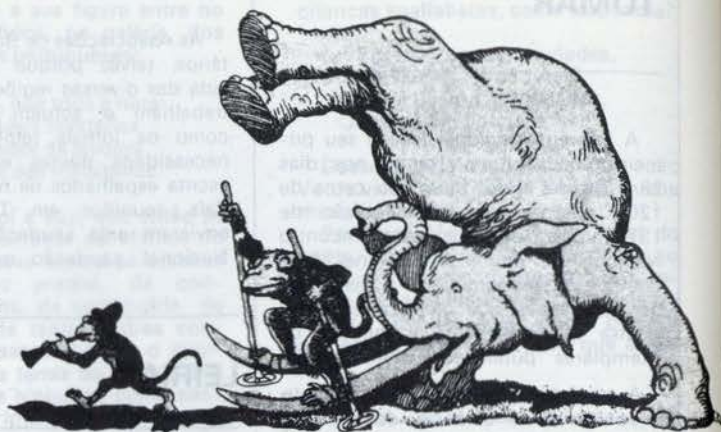
Nascendo já velhos, as esposas sabem que contam com as suas rabujices, e não sendo nunca meninos, ninguém os obriga a ver os programas infantis da TV. Ao contrário de muita gente, os elefantes vão morrer longe, a um cemitério de elefantes é tão inacessível como a estrada de Benfica, a partir do Jardim Zoológico.

Bibi tem crescido imenso de dentro para fora, nos últimos tempos. A sua bebida predilecta é o *pirata*, de um bar dos Restauradores (os elefantes também se apuram nos prazeres gustativos), e a sua refeição mais importante é o almoço: meio mordomo *aux champignons*, e uma empregada de quarto *sauté* (se nunca viram um elefante amar, os senhores desconhecem a violência das paixões repentinas. Aquilo, sim, é fornicar como todos os que têm pressa, pois o prazer que se pode ter hoje, não se deve deixar para o dia seguinte. E no entanto, há mulheres que são mais espalhafatosas do que o elefante-fêmea). Também não há elefantes chavelhudos, pois segundo os estudos antigos, foi o camelo que, por querer ter cornos, perdeu as orelhas!

Bibi mastiga tudo muito bem e não faz porcaria.

Tenho dois elefantes. Um na província, outro na cidade, que, em determinadas épocas do ano, trago para Sintra. As províncias não vêm com bons olhos os elefantes. Por outro lado, na cidade, um elefante causa graves inconvenientes ao seu proprietário.

Deveras sensível, Bibi desenvolveu-se o bastante para que lhe não passassem a mão pelo lombo. Ora uma cidade velha, como Lisboa, não está preparada para elefantes. As ruas oferecem a mesma traça de há séculos, e se hoje os marajás chegam a jacto e não a elefante, é porque há muitos mais pilotos do que cornacas. E também porque as cidades



antigas não progrediram em determinados sectores, tendo construído pistas de aviões e não recintos apropriados para grandes mamíferos.

Pergunto-me, amiúde, por que motivos os governos se preocupam tanto com os homens e seus caprichos de superfície, e tão pouco com os paquidermes e suas necessidades intrínsecas. Se há animais irreflectidos, incultos e cretinos, que abrem a boca para engolir e não para dissertar, outros existem, tal o elefante, que se detêm nas ancestrais filosofias e passam por cima do que consideram inútil. A mulher, quando nos pisa, magoa-nos apenas a alma, mas o elefante é apologista de fazer doer por fora e por dentro.

Todas as entidades responsáveis se preocupam com as crianças. É bonito, evangélico. Mas ninguém vê, nos transportes públicos, letreiros como este: «Elefantes com menos de quatro anos e transportados ao colo, estão isentos do pagamento de bilhete».

Há milhares de anos que a injustiça reina sobre a Terra. Por isso o elefante nasceu cego e duro de roer. «— Deixem correr o marfim» — dizem os desprendidos. E a seguir, roubam-lhe a dentadura.

Não é por snobismo que tenho um elefante na cidade que, por norma, trago para Sintra. A mim, os elefantes fazem-se francamente falta. Condenáveis são esses novos-ricos que possuem uma frota de elefantes na praça, e os exibem dia a dia no seu pequeno circo de mediocridades.

Fui chefe de relações públicas no Zoo de Antuérpia. É difícil o entendimento entre os bichos, mas impossível a aproximação entre homens e bichos. Desisti de cooperar com uns e com outros, num momento em que ambos se batiam pelas jaulas, e a confusão era tamanha que os gorilas levavam amendoins aos homens, e os homens faziam rir a macacada.

O elefante não ri alvarmente às gargalhadas. Fá-lo silenciosamente com a agudeza do humorista, aguentando todas as graças frívolas, sem mexer um só músculo.

Dirão algumas pessoas que é uma estupidez dispendiosa ter um elefante. Estão erradas. O elefante é um companheiro sem a contextura do indivíduo mesquinho. Não ergue a pata em qualquer candeeiro, árvore, pneumático, ou cabaz de fruta. Prescinde da licença-camarária. Não morde, nem ladra, nem arranha, nem precisa de coleira ou de açame. Quando chega ao meu mês de Janeiro, o elefante não anda pelos telhados, não mia, não acorda o bairro. E não há necessidade de mandar capar os elefantes (na Sociedade de Geografia há patas de elefante transformadas em bengaleiro. Mas não há tranças de elefante a fazer de corrimão!).

Um elefante não se perde. Não é roubável. Não canta tão bem como os grilos, os canários, mas tem a sua beleza natural, os seus sons harmoniosos, sem se envolver em plumagens. Bibi não se mete em política das esquerdas ou das direitas. Nem é extremista. Evitou sempre os jantares de homenagem, as cunhas, a acumulação de lugares. Nunca aqueceu nenhum. (Não é porque os elefantes sejam frios por baixo. São termostáticos, mais nada!). Bibi nunca engraxou, traiu ou virou casaca. E seria mais fácil deixar-se cavalgar por um operário metalúrgico do que por um príncipe de longa metragem.

Ao contrário das baratas repelentes, das pulgas insuportáveis, das formigas incômodas e das moscas nojentas, o elefante não surge no bife, não faz comichão nas costas, não estraga o piquenique, não conspurca a torta de ananás e o mapa-mundo.

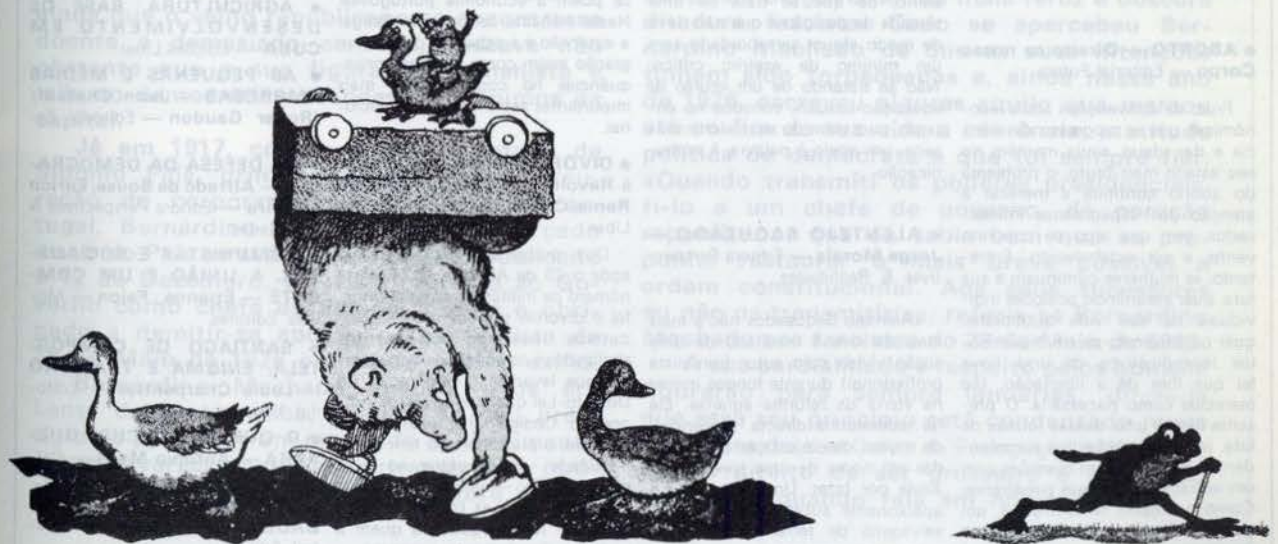
Com um elefante não há meios termos, meias doses. Meses atrás, o *vira-latas* de um amigo meu, entrou numa poça de água, sacudiu-se feliz e sal-

picou um cavalheiro. O cavalheiro insultou o dono do *vira-latas*, o *vira-latas* mordeu o cavalheiro, o cavalheiro agrediu o dono do *vira-latas* e o *vira-latas*. Veio o polícia, e o *vira-latas* mordeu uns e outros. Foi tudo para a esquadra. O meu elefante entrou, há dias, no lago do Campo Grande e encharcou três dúzias de passeantes. Asfixiou-os de tal jeito que não houve sequer forças para chamar um profissional de respiração boca a boca!

O elefante não possui o verbo do papagaio, mas conjuga a estima e a dedicação nos tempos mais maravilhosos. Se os vizinhos se põem a tocar corneta às duas da manhã, eu ponho o Bibi a dançar no meio da casa e readquiro logo a tranquilidade e a supremacia. Quando um amigo compra um desses andares de construção moderna, visito-o com o meu elefante. É a prova dos nove. Se o andar, ou todo o prédio, se não desmoronam como um baralho de cartas, é porque o edifício é bom. E Bibi também.

Nunca irei desfazer-me do meu elefante. Nem mesmo no dia em que ele começar a tornar-se pesado entre os meus devaneios.

Provavelmente o maior autor humorista português, Santos Fernando faleceu inesperadamente (em Dezembro último) deixando incompleta uma obra que prometia vir a ser ímpar no seu género. Alguns dos seus romances («A Árvore dos Sexos» e «Absurdíssimo», por exemplo) obtiveram grande êxito, inclusivamente no Brasil, onde mantinha muitas amizades e popularidade. A sua graça e estilo ficam registados neste extracto do seu último trabalho vindo a público («Sexo XX» — Editorial Futura).





● **ZERO** — Ignácio de Loyola Brandão — Livraria Bertrand

A jovem literatura latino-americana, em particular do Brasil, começa finalmente a ser divulgada em Portugal. Valores surpreendentes, ainda inéditos entre nós, falam-nos da dramática realidade do continente sul-americano. Integrado na chamada «literatura de combate», ZERO é a anónima odisseia de um resistente brasileiro apanhado na engrenagem de um mundo fantástico e paradoxal, dominado pelo terror policíesco.

● **TEORIA MARXISTA DA EDUCAÇÃO** — Bogdan Suchodolski — Editorial Estampa

Em que aspecto é a pedagogia socialista uma continuação do desenvolvimento histórico da teoria da educação e da prática, quais as limitações que suscita e que novos problemas soluciona? Para o autor desta obra, é esta a questão essencial da nossa época, que se põe tanto aos cientistas como aos amplos círculos de professores e educadores.

● **ABORTO** — Direito ao nosso Corpo — Editorial Futura

Fruto de convenções sócio-económicas que o progresso da ciência e das ideias ainda mantêm no seu estado mais bruto, o problema do aborto continua a merecer a atenção dos especialistas interessados, sem que algo de concreto venha a ser estabelecido. Entretanto, as mulheres continuam a sua luta, quer assumindo posições individuais na sua vida quotidiana, quer organizando-se em movimentos reivindicativos de uma nova lei que lhes dê a libertação, tão merecida como necessária. O presente livro é uma dessas formas de luta, incluindo inquéritos surpreendentes, abordando as questões com um realismo sadio, mas penetrante. Como o próprio tema implica, um grito lancinante que não pode ser ignorado.

● **A MINHA PARTE DE VERDADE** — François Mitterrand — Livros do Brasil

Secretário Geral do Partido Socialista Francês e candidato à presidência da República em duas eleições, François Mitterrand foi o grande opositor do general De Gaulle, face ao qual conseguiu 45% dos votos em 1965. Neste livro tenta a reconstrução por via da discussão concreta dos problemas e da elucidação. Obra fundamental para o conhecimento da história da esquerda europeia depois de 1965.

● **O QUE DEVE SABER-SE SOBRE A SEXUALIDADE** — Assírio & Alvim Editores

Este documento é o resultado de uma discussão entre diversas pessoas, de profissão, idade e sexos diferentes, que nele projectaram as suas próprias sexualidades, isto é, os seus problemas sexuais. Natural pois a advertência dos responsáveis por este trabalho, de que se trata de uma tomada de posição e que não deve de modo algum ser abordado sem um mínimo de espírito crítico. Não se tratando de um «curso de educação sexual», constitui no entanto, para além do seu valor intrínseco, um apelo à palavra, à comunicação.

● **ALENTEJO SAQUEADO** — Jorge Morais — Editora Perspectivas & Realidades

«Alentejo Saqueado» não é mais do que o resultado de uma acção vivida pelo autor (jornalista profissional) durante longos meses na «terra da reforma agrária». Ele foi testemunha directa, presencial, de muitas das injustiças consumadas em nome de uma «revolução» ainda por fazer. Um relato vivo e apaixonante sobre as «ocupações selvagens de terras e bens, um aviso aos incautos».

● **OS CHARLATÃES DA NOVA PEDAGOGIA** — Lucien Morin — Publicações Europa-América

Enérgico protesto contra certas formas actuais de «opinionite» (termo inventado pelo autor para designar a «mania de tomar pela verdade as opiniões próprias, pessoais e subjectivas»), este livro abre novas perspectivas à discussão sobre a renovação da pedagogia. Independentemente de várias contradições que encerra, algumas das quais bem flagrantes, trata-se mesmo assim de um documento indispensável para um melhor conhecimento da crise por que atravessa hoje o ensino em todo o Mundo.

● **ORIGENS E FORMAS DA EMIGRAÇÃO** — Eduardo Sousa Ferreira — Iniciativas Editoriais

A emigração dos trabalhadores portugueses tomou, desde há mais de duas décadas, formas e proporções sem precedentes na História de Portugal. Esta emigração é, simultaneamente, causa e consequência de graves problemas que se põem à economia portuguesa. Neste trabalho tenta-se investigar a extensão e a estrutura dessa emigração assim como as suas consequências no conjunto dos mais importantes sectores da vida nacional.

● **DIVÓRCIO** — Da Concordata à Revolução — Maria Manuela Rama/Carlos Plantier — Edições Liber

Dos problemas nacionais que após o 25 de Abril de 1974 maior número de militantes arregimentou, foi o divórcio um dos mais significativos. Inserindo depoimentos atualizados e os principais documentos que levariam à publicação do Decreto-Lei que alterou vários artigos do Código Civil relativos ao divórcio, o presente livro tem como finalidade — sem entrar no rigor do tecnicismo — vulgarizar os conceitos, as leis e as formas de proceder de todos aqueles a quem a questão directamente interessa.

● **SOCIOLOGIA DA NEGRITUDE** — Maria Carrilho — Edições 70

A Negritude — ou, em geral, a reivindicação da especificidade do Negro — poderá ser, como muitos pretendem, um caminho para a afirmação da identidade cultural dos povos africanos, ou até inspirar uma «via africana» para o socialismo? Neste volume o conceito de negritude é analisado em perspectiva sociológica, seguindo o itinerário que leva do mito literário ao conceito ideológico e instrumento do poder. A autora vê a Negritude como uma saída para os intelectuais africanos que pensavam não poder usar vantajosamente a linguagem mais eficaz contra o racismo branco, a linguagem da força.

● **AS MULTINACIONAIS EM PORTUGAL** — Maria Belmira Martins — Editorial Estampa

● **VIDAS DE GRANDES ESTADISTAS** — Henry Thomas/Dana Lee Thomas — Editora Livros do Brasil

● **AGRICULTURA, BASE DE DESENVOLVIMENTO EM CUBA** — Edições Liber

● **AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS** — Jean Chatain/Roger Gaudon — Editorial Estampa

● **EM DEFESA DA DEMOCRACIA** — Alfredo de Sousa/Eurico Ferreira — Editora Perspectivas & Realidades

● **COMUNISTAS E SOCIALISTAS, A UNIÃO É UM COMBATE** — Etienne Fajon — Moraes Editores

● **SANTIAGO DE COMPOSTELA, ENIGMA E TRADIÇÃO** — Louis Charpentier — Editorial Minerva

● **O QUE DISSE «CHE» GUEVARA** — António Melis — Parceria A. M. Pereira

● **DESPORTO PARA A LIBERDADE** — Noronha Feio — Diábril Editores



O ÚLTIMO PRESIDENTE DA 1.ª REPÚBLICA

Bernardino Machado morreu no Porto em 29 de Abril de 1944.

Ao regressar do exílio em França, quando da ocupação deste país pelas tropas nazifascistas de Hitler, foi obrigado a instalar-se no norte do País. O governo de Salazar, ainda que o velho republicano se encontrasse doente e demasiado cansado, receava não obstante que a sua figura de humanista e tribuno democrático acendesse os ânimos na capital.

Já em 1917, com o golpe de estado de Sidónio Pais, primeira tentativa de instauração do corporativismo fascista em Portugal, Bernardino Machado se vira forçado a sair do País através de um decreto publicado a 12 de Dezembro. Em 1925 regressa ao Governo como chefe de Estado, porém é obrigado a demitir-se após o golpe fascista de 28 de Maio de 1926 e enviado para o exílio.

Bernardino Machado aos 28 anos era Lente de Matemática, aliando ao seu prestígio de professor um profundo conhecimento sobre diversas matérias. Intransigente opositor a todos os regimes de ditadura, já por

ocasião da greve académica de 1907, solidarizou-se com os estudantes, abandonando a cátedra de professor universitário, como protesto contra as prepotências ditatoriais de João Franco. Implantada a República, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo então defrontado grandes dificuldades. Em 1 de Novembro de 1913 foi elevado à categoria de Embaixador de Portugal no Brasil, sendo o primeiro português a desempenhar tal cargo, para cuja criação, desejada por ambos os países, tanto trabalhara.

Quando a Alemanha declarou guerra a Portugal, Bernardino Machado encontrava-se na situação de Presidente da República, para que fora eleito a 6 de Agosto de 1915.

De todos os seus mais nobres gestos de democrata convicto, será por certo aquele que o levou a recusar, por imposição da violência, a transmissão dos poderes presidenciais aos vencedores do golpe de estado de 5 de Dezembro de 1917, chefiado por Sidónio Pais, sendo por isso aprisionado, destituído e banido do País.

Finalmente presidente da República no ano de 1926, para evitar lutas fratricidas entre republicanos, entregou os poderes presidenciais a um dos chefes militares que pelo passado histórico lhe garantiam elevada fidelidade aos ideais democráticos, o capitão de mar-e-guerra José Mendes Cabeçadas. Porém, depressa os poderes presidenciais viriam parar às mãos daqueles que, durante 48 anos, haveriam de governar na mais feroz e obscura ditadura fascista. Cedo se apercebeu Bernardino Machado de que as suas intenções tinham sido torpedeadas e, ainda nesse ano de 1926, escreveu algures aquilo que marcou até ao fim da sua vida a coerência, a atitude política de democrata a que foi sempre fiel: «Quando transmiti os poderes presidenciais, fi-lo a um chefe de governo, de coração republicano, que eu sabia bem que se propunha restaurar o mais breve possível a ordem constitucional. Aos seus sucessores eu não os transmitiria», referia-se Bernardino Machado aos fascistas do 28 de Maio de 1926.

A sua cordialidade e respeito pelos homens figurarão para sempre lendárias, dir-se-ia que esse seu princípio está condensado numa das lições do seu Curso de Pedagogia: «Ninguém tem o direito de ser grosseiro e insolente, sobretudo quando fala em nome da lei».

SABER NÃO OCUPA LUGAR

A maior parte das aves chocam os seus ovos. Os mosquitos deixam esse trabalho a bactérias. Esta descoberta foi feita por biólogos americanos, que estudavam o ciclo evolutivo daqueles insectos. Verificou-se que, destruindo as bactérias na superfície dos ovos de mosquito, aqueles não germinavam. Quando se lançava sobre os ovos cultura de bactérias a germinação dava-se normalmente. Descobriu-se, também, que os ovos de certas espécies de mosquitos podem germinar anos depois da postura.

A origem do sinal \$ vem do tempo dos fenícios; era usado como marca em certa moeda na célebre cidade de Tiro.

As duas linhas verticais representavam as colunas de Hércules, insígnia da colónia de Gades (hoje Cadiz) onde a moeda primeiro circulou.

Quando se fez a união da colónia à mãe pátria, foi simbolizada pela ligação, entrelaçando as duas colunas, e foi então adoptada como moeda tíria.

Talvez nem todos saibam que o costume de guardar «minutos de silêncio» em homenagem aos mortos gloriosos teve origem em Portugal.

Foi em 1912, em Lisboa. Recebida no Senado, durante a sessão, a notícia da morte do barão de Rio Branco, o grande diplomata brasileiro, o presidente daquela Câmara propôs que em sinal de pesar, se mantivesse silêncio

durante dois minutos. Em 1919, a 11 de Novembro, houve na Inglaterra o «minuto de silêncio», em honra dos heróis da guerra. E daí o uso espalhou-se pelo Mundo inteiro.

O papel tirou o seu nome do «papiro», planta que crescia nas margens do Nilo. Do seu caule extraiam-se trincas que molhadas em óleo de cedro, serviam para nelas se escrever. Os gregos já usavam papel de algodão no século IX. O papel de trapos, segundo

as melhores opiniões, inventado pelos chineses, e introduzido pelos árabes em Espanha, é muito antigo na Península. O nosso rei D. Dinis ordenou, em 1305, que os tabeliães escrevessem as «notas em livro de papel».

A combinação de escamas que cobrem as asas das borboletas e às quais estas devem o brilho das suas cores é inteiramente igual à de um telhado de ardósias, dispostas com tanta regularidade que há espécies em que se não podem observar. É por isso que é impossível molhar as asas das borboletas e, se o insecto é mergulhado em água, toda a penugem do corpo ficará ensopada e as asas nunca se molham.

Veja se sabe...

- 1 — Onde habitam os pinguins: nas montanhas; no mar; nas rochas?
- 2 — Quem era entre os romanos a deusa da sabedoria: Afrodite; Minerva; Juno?
- 3 — Qual é a pedra preciosa que tem a corpoeta; ametista; onix; topázio?
- 4 — Que invenção se deve ao físico e zoólogo Renato Réaumur: a roda hidráulica; a lâmpada eléctrica; o termómetro de álcool?
- 5 — O monumento erigido em Lisboa ao grande navegador Pedro Álvares Cabral, é uma cópia fiel do existente: no México; no Rio de Janeiro; em Buenas Aires?
- 6 — Onde habitavam os Aztecas quando da conquista espanhola: Perú; México; Guatemala?
- 7 — Quantos quilómetros tem de curso em Portugal, o rio Tejo: 120; 310; 230?
- 8 — De onde era natural o grande pintor português Domingos António Sequeira: Porto; Évora; Lisboa?
- 9 — D. João das Regras foi chanceler-mor de: D. João I; D. Duarte; D. Pedro I?
- 10 — Quem enunciou este princípio: «qualquer corpo mergulhado na água perde uma parte do seu peso igual ao volume de água que desloca»: Pascal, Einstein, Arquimedes?

RESPOSTAS: 1 — Nas rochas. 2 — Minerva. 3 — Onix. 4 — O termómetro de álcool. 5 — Rio de Janeiro. 6 — México. 7 — 230. 8 — Lisboa. 9 — D. João I. 10 — Arquimedes.

Em Julho assim fala o povo

Em Julho abajadiço, fica a abelha no cortiço.

Quem trabalha em Julho para si trabalha.

Por todo mês de Julho o celeiro atulho.

Por Santa Ana limpa a praga.

Pelo S. Tiago cada pinga vale um cruzado.

Não há melhor amigo que Julho com seu trigo.

Julho quente, seco e ventoso trabalha sem repouso.

Malha pelo S. Tiago é de agrado, mas a de Agosto já não dá gosto.

Luar, o de Janeiro; Sol, o de Julho.

Em Julho, o verde e o maduro.



LAMEGO
Vista parcial da cidade.



FIGUEIRA DA FOZ
Vista parcial da praia.



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NOS TRAZEMO-LO PARA:

PORTUGAL CONTINENTAL

AÇORES

E MADEIRA

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES